



ANA MARIA DE JESUS PEREIRA SANTOS

**PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO DOS JOVENS EM
UNIDADES DE APOIO E PROMOÇÃO DE AUTONOMIA**

Orientadora: Professora Doutora Jacqueline Marques

Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa

Instituto de Serviço Social

Lisboa

2024

ANA MARIA DE JESUS PEREIRA SANTOS

**PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO DOS JOVENS EM
UNIDADES DE APOIO E PROMOÇÃO DE AUTONOMIA**

Dissertação defendida em provas públicas para
obtenção do Grau de Mestre no Curso de
Mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades
Sociais e de Bem-Estar, conferido pela
Universidade Lusófona - Centro Universitário de
Lisboa, no dia 25/10/2024, perante o júri, com o
Despacho de Nomeação n.º 934/2024, de 08 de
agosto, com a seguinte composição:

Presidente: Prof^a. Doutora Paula Ferreira

Arguente: Prof^a. Doutora Hélia Bracons

Orientador: Prof^a. Doutora Jacqueline Marques

Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa

Instituto de Serviço Social

Lisboa

2024

Agradecimentos

Foram longos anos árduos para conseguir terminar esta dissertação, a mesma enfrentou uma pandemia de seguida outras dificuldades e contratempos surgiram. O desejo e esperança de ver esta dissertação concluída foi mais forte.

O agradecimento mais especial vai para os meus pais e para os meus avós por toda a força dada e motivação.

Á minha querida irmã, que te sirva de exemplo nunca desistir do que é certo e não desanimares quando tudo começa a correr mal. Força nesta vida académica!

Ao meu Mike.

Às minhas colegas de trabalho, obrigada por me encorajarem a terminar a dissertação e me terem acompanhado neste processo que não foi fácil.

Á professora Doutora Jacqueline Marques, por todo o conhecimento partilhado, pela disponibilidade e conselhos dados.

Resumo

O trabalho da autonomia é longo e árduo, difícil de levar a cabo, e se reveste da necessidade de ter sempre em mente a subjetividade, na medida em que se implica um sujeito da experiência, da ação, da relação e do desejo – a criança ou jovem – em interação com outros sujeitos – os cuidadores – a quem compete ajudar o primeiro a tornar-se progressivamente mais autónomo sem sobre ele impor o seu próprio desejo, a sua pressa ou a expectativa de que seja quem não é. O presente estudo apresenta como principal objetivo importância da unidade de apoio e promoção de autonomia dos jovens no processo de autonomização dos jovens institucionalizados. O estudo foi dirigido aos jovens e à equipa técnica de unidades de apoio e promoção de autonomia da área de Lisboa. Foram efetuados pedidos de colaboração a 40 unidades e obtivemos resposta de 26 jovens e 3 técnicos, que constituíram a amostra do estudo. Foi utilizada a metodologia mista recorrendo a um inquérito por questionário com respostas fechadas e abertas e posterior análise de conteúdo categorial dos mesmos. Realizaram-se dois questionários um para os jovens e o outro para os profissionais, que integram 3 grandes dimensões: caracterização, competências adquiridas (cognitivas, emocionais e funcionais) e impacto das Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens no desenvolvimento e concretização do processo de autonomização. As principais conclusões foi que através das unidades de apoio e promoção da autonomia é possível os jovens assumirem algumas responsabilidades, tais como responsabilidades de gestão doméstica e financeira (cozinhar, pagar as contas, ir as compras), bem como procurar trabalho, entre outros. O que torna esta resposta social muito importante para aquisição da autonomia.

Palavras Chaves: Autonomia, Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia, Jovens, Competências. Projeto de Vida

Abstract

The work of autonomy is long and arduous, difficult to carry out, and involves the need to always keep subjectivity in mind, as it involves a subject of experience, action, relationship and desire – the child or young person – in interaction with other subjects – the caregivers – who are responsible for helping the former to become progressively more autonomous without imposing their own desires, their haste or the expectation that they are someone they are not. The present study presents as its main objective the importance of the support unit and promotion of young people's autonomy in the process of autonomy of institutionalized young people. The study was aimed at young people and the technical team of support and autonomy promotion units in the Lisbon area. Requests for collaboration were made to 40 units and we received responses from 26 young people and 3 technicians, who constituted the study sample. A mixed methodology was used using a questionnaire survey with closed and open answers and subsequent analysis of their categorical content. Two questionnaires were carried out, one for young people and the other for professionals, which integrate 3 major dimensions: characterization, acquired skills (cognitive, emotional and functional) and impact of the Support and Promotion of Young People's Autonomy Units on the development and implementation of the process of autonomy. The main conclusions were that through the support and autonomy promotion units it is possible for young people to assume some responsibilities, such as domestic and financial management responsibilities (cooking, paying the bills, going shopping), as well as looking for work, among others. which makes this social response very important for acquiring autonomy.

Keywords: Autonomy, Autonomy Support and Promotion Unit, Young People, Skills. Life Project

Abreviaturas e Siglas

APAV – Associação Portuguesa de Apoio á Vítima

CA – Casa de Acolhimento

CAR – Casa de Acolhimento Residencial

CASA - Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens

CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRP - Constituição da República Portuguesa

CSH – Ciências Sociais e Humanas

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

UAPA – Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia

Índice Geral

Introdução	10
PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA	13
Capítulo 1 – Crianças e Jovens em Perigo	14
1.1 – Infância, adolescência e entrada na vida adulta	14
1.2 O conceito de criança e jovem em perigo/risco	18
1.3. Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens	21
Capítulo 2 – Autonomização.....	24
2.1 – Autonomia e as suas dimensões	24
2.2 – Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens	29
2.3 - Projetos de Vida	32
2.4 – Alguns estudos sobre o desenvolvimento de competências para a vida adulta de jovens em contexto de acolhimento residencial.....	33
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	36
Capítulo 3 - Apresentação do estudo	37
3.1. Definição do Problema de Investigação	37
3.2. Objetivos de Investigação.....	37
3.3. Metodologia	38
3.5. Modelo de análise.....	40
3.6. Procedimento e cuidados éticos	42
Capítulo 4. Apresentação dos Resultados da Investigação	43
4.1. Apresentação dados	43
4.2. Análise Conclusiva dos Resultados	66
Conclusão	71
Apêndices	

Apêndice I – Declaração da Investigação

Apêndice II – Projeto de Investigação

Apêndice III – Pedido de Colaboração para a Investigação

Apêndice IV – Termo de Consentimento Informado

Apêndice V – Termos de Consentimentos Informados Assinados

Apêndice VI – Questionários dirigidos á Equipa Técnica

Apêndice VII – Questionários dirigidos aos Jovens

Apêndice VIII – Quadro das Categorias das Competências para o futuro

Apêndice IX – Quadro das Competências adquiridas e não adquiridas

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Género dos Jovens Residentes em UAPA

Gráfico 2 - Género dos Profissionais das UAPA

Gráfico 3 – Anos de Experiência dos profissionais nos apartamentos de autonomia

Gráfico 4 – Distribuição etária dos Profissionais das UAPA

Gráfico 5 – Habilitações Literárias dos jovens

Gráfico 6 – Tempo de residência no apartamento de autonomia

Gráfico 7 – Anos de Experiência dos profissionais nos apartamentos de autonomia

Gráfico 8 – Nível Cognitivo 1º pergunta

Gráfico 9 – Nível Cognitivo 2º pergunta

Gráfico 10 – Nível Cognitivo 3º pergunta

Gráfico 11 – Nível Cognitivo 4º pergunta

Gráfico 12 – Nível Emocional 1º pergunta

Gráfico 13 – Nível Emocional 2º pergunta

Gráfico 14 – Nível Emocional 3º pergunta

Gráfico 15 – Nível Emocional 4º pergunta

Gráfico 16 – Nível Funcional 1º pergunta

Gráfico 17 – Nível Funcional 2º pergunta

Gráfico 18 – Nível Funcional 3º pergunta

Gráfico 19 – Nível Funcional 4º pergunta

Gráfico 20 – Projeto de Vida contruído com a equipa técnica

Gráfico 21 – Projeto de Vida adequado

Gráfico 22 – Autonomia Cognitiva – 1º pergunta

Gráfico 23 – Autonomia Cognitiva – 2º pergunta

Gráfico 24 – Autonomia Cognitiva – 3º pergunta

Gráfico 25 – Autonomia Cognitiva – 4º pergunta

Gráfico 26 – Autonomia Emocional – 1º pergunta

Gráfico 27 – Autonomia Emocional – 2º pergunta

Gráfico 28 – Autonomia Emocional – 3º pergunta

Gráfico 29 – Autonomia Emocional – 4º pergunta

Gráfico 30 – Autonomia Funcional – 1º pergunta

Gráfico 31 – Autonomia Funcional – 2º pergunta

Gráfico 33 – Autonomia Funcional – 3º pergunta

Gráfico 32 – Autonomia Funcional – 4º pergunta

Introdução

A presente Dissertação intitulada “Processo de Autonomização dos Jovens em Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens”, apresentada no âmbito do mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar, na Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, tem como tema a autonomia dos jovens residentes em Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia.

Lopes e Vicente (2019) afirmam que não existe uma idade específica para iniciar as aprendizagens para a autonomização, tratando-se de um processo evolutivo mais na adolescência e na transição para a idade adulta. Trata-se de uma fase que envolve adaptação às exigências coletivas, um acordo entre o indivíduo e a sociedade, sendo o verdadeiro desafio encontrar o equilíbrio entre o mundo interno e externo, entre o pessoal e o coletivo. Tal como formulado por Erik Erikson (1976, citado em Orenstein & Lewis, 2020), são a resolução positiva de cada uma das dicotomias, conflitos ou crises, que marcam as várias etapas do desenvolvimento humano, que se constrói, desde idade muito precoce e em interação com o outro, a identidade e a autonomia.

Na fase da adolescência, o indivíduo depara-se com um período de transição da infância para a idade adulta, estando este sujeito a transformações afetivas, intelectuais, sociais, fisiológicas, psicológicas que são vividas pelo mesmo e determinadas pelo seu meio envolvente e cultura. Segundo Yvonne Poncet-Bonissol (2010) este período de mudança assemelhar-se-á a um despertar e terá a exata medida do que foi feito ao longo da infância. Constitui um evento parecido com uma experiência de química: trata-se de transformar o estado de criança em estado adulto, soltando as amarras que o prendem ao meio familiar. O adolescente está transformado em oficina a céu aberto, é o objeto do seu próprio trabalho (p 15). É na fase da adolescência que se inicia o processo de autonomização. Contudo, destaca-se que não existe idade exata para começar esta etapa de vida.

Os autores Carvalho e Cruz (2015) referem que o desenvolvimento da autonomia é um processo difícil com todos os indivíduos, especialmente para as crianças e jovens a residir em casa de acolhimento. A autonomia nas instituições de acolhimento deve ser realizada para que se alcance as metas que cada etapa do desenvolvimento humano exige, isto deverá ter como consequência a aquisição das várias competências de autonomia e, deste modo, a saída da instituição seja efetuada com sucesso. As ações de intervenção para a autonomia devem ser

realizadas com um adulto de referência tendo por base uma relação de confiança (Gomes, 2010).

A importância desta fase da vida e do processo de autonomização guiaram este estudo que apresenta como objetivos gerais: Compreender a perceção dos profissionais e dos jovens sobre as competências adquiridas (e em desenvolvimento) no processo de autonomização; Analisar a importância que os profissionais e os jovens dão a aquisição de competências para a autonomização.

Estabeleceu-se ainda procurar responder a algumas questões através do estabelecimento dos seguintes objetivos específicos: Caracterizar os profissionais e jovens que integram o estudo;

Compreender a perceção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível cognitivo desenvolvidas no processo de autonomização;

Compreender a perceção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível emocional desenvolvidas no processo de autonomização;

Compreender a perceção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível funcional desenvolvidas no processo de autonomização;

Entender do ponto de vista do jovem e da equipa técnica, o impacto que as Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia têm para o processo de autonomização;

Compreender o papel do projeto de vida dos jovens institucionalizados e o seu entendimento pelos jovens e equipa técnica;

Identificar, do ponto de vista da equipa técnica e dos jovens, quais as competências que mais dificuldades/limites apresentam;

De modo a integrar estes objetivos foram criadas 3 dimensões de análise:

1º) Caracterização da população participante; 2ª) competências a desenvolver e adquiridas; 3ª) impacto/ importância das competências para o Projeto de Vida futuro;

Tratou-se de um estudo com uma abordagem mista, sendo que as questões fechadas e de escolha múltipla foram analisadas a partir de estatística descritiva. Nas questões abertas e de elaboração efetuou-se uma análise categorial de forma a encontrar as categorias presentes nas diferentes respostas.

Os dados foram recolhidos a partir de dois questionários, um para a Equipa Técnica e outro para os Jovens.

O presente trabalho está dividido em 2 partes cada uma com diversos capítulos:

A primeira parte, a revisão da literatura, procura desenvolver os conceitos acerca da infância, adolescência e entrada na vida adulta. De seguida foi feita uma pesquisa acerca dos conceitos de criança e jovens em risco/perigo e do sistema de promoção e proteção português.

Posteriormente introduziu-se o tema da autonomização, começando por mencionar o conceito de autonomia e as suas dimensões, casa de acolhimento com unidade de apoio de promoção de autonomia dos jovens, a importância de projeto de vida para o jovem e alguns estudos sobre o desenvolvimento de competências para a vida adulta de jovens em contexto de acolhimento residencial.

A segunda parte integra, em um primeiro capítulo, a apresentação do estudo empírico em que se define o problema de investigação, os objetivos gerais e específicos e a metodologia utilizada, os instrumentos de recolha e análise dos dados, os procedimentos e cuidados éticos.

O segundo capítulo apresenta os resultados da investigação e sua análise e interpretação.

PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA

Um dos primeiros propósitos de uma investigação é gerar informação que possa contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno social em estudo, o que implica, necessariamente, identificar toda a investigação anterior relevante com a qual esse fenómeno se relaciona. O investigador nunca parte do zero, existe um corpo de conhecimento que foi estabelecido por outros investigadores e, por isso, a literatura publicada constitui um importante recurso para o investigador no processo de planificação, implementação e interpretação dos resultados da investigação.

Nesse sentido, será abordado o tema das crianças e jovens em perigo, começando por fazer uma análise acerca da infância, adolescência e entrada na vida adulta. Refletir acerca das definições de criança e jovens em risco/perigo e o enquadramento jurídico do sistema de promoção e proteção português. De seguida foi introduzido o tema da autonomização, começando por descrever a autonomia e as suas dimensões, casa de acolhimento com unidade de apoio de promoção de autonomia dos jovens e alguns estudos sobre o desenvolvimento de competências para a vida adulta de jovens em contexto de acolhimento residencial.

Capítulo 1 – Crianças e Jovens em Perigo

Ao longo desta pesquisa é necessário introduzir alguns conhecimentos teóricos acerca da problemática das crianças e jovens em perigo, entre os quais o conceito de infância, adolescência, o começo da “idade adulta”, e por fim, a lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo. Desta forma, serão apresentadas as várias reflexões e ideias de diversos autores para enriquecer e complementar a presente investigação.

1.1 – Infância, adolescência e entrada na vida adulta

Começamos por refletir sobre o conceito de criança/jovem. A Convenção dos Direitos da Criança (1990) interpreta o conceito no mesmo sentido dos artigos 1º e o artigo 122.º do código civil português: considera a idade de 18 anos como limite para integrar os indivíduos enquanto crianças.

Foi a partir do século XIV-XVI que “apareceu um sentimento novo da infância” (Monteiro, 2010, p.18) que vem trazer a sensibilidade e preocupação em relação à infância. A mudança de paradigma no que se refere à infância, a “nova visão humanista da infância” (Monteiro, 2010, p.20), possibilitou e foi acompanhada por um conjunto de alterações sociais, políticas, jurídicas e simbólicas que enquadram a intervenção que para ela ou com elas se faz.

Uma das grandes mudanças, ainda heterogénea em função do tempo e do espaço, foi a da “descoberta da criança-vítima da família e da sociedade” que se torna “objeto, cada vez mais, da proteção pública e privada” (Monteiro, 2002, p.92). Efetivamente “o reconhecimento da criança como titular de direitos começa a abrir caminho, no séc. XIX, um “período em que se efetua a transformação do estatuto das crianças e em que se forja o estado de infância” (Monteiro, 2010, p.26).

Embora o século XIX tenham demonstrado um conjunto de avanços é, apenas, no século XX que o cuidado e a proteção na infância ganham relevo. Para Fernandes (2009) e Tomás (2011) o século XX é o espaço no qual se verifica o reconhecimento dos direitos da criança tendo um papel determinante a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), de 1989, ratificada pelo estado português em 1990. Trata-se de um “ponto de viragem relativamente a anteriores perspetivas para com os direitos da criança” (Pinto & Sarmiento, 1997, p.81), sendo que a sua adoção desencadeou uma “verdadeira revolução” (Monteiro, 2010, p.9).

Com a Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC), a criança passa a ser vista como um cidadão titular de direitos de diversa ordem: civis, económicos, sociais, culturais e políticos, ainda que estes últimos estejam sujeitos a uma reserva mínima de idade. Este documento torna-se o instrumento mais completo sobre os direitos da criança, os quais abrangem todas as crianças, até aos 18 anos de idade, “independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação” (CDC, artigo 2).

Também é estabelecido que cada Estado é responsável por cada criança. Isso significa que os Estados que ratificaram a CDC (exceto os EUA) estão vinculados a uma obrigação de promover as condições necessárias ao exercício dos direitos incluídos na CDC (Bastos & Veiga, 2016, p.33), intervindo cada vez mais frequentemente para “controlar o exercício do poder paternal e proteger as crianças” (Monteiro, 2010, p.27).

A conceção e a visão da infância sofreu diversas alterações ao longo da história. A partir da década de 90, do século XX, surgiram um conjunto de estudos, ensaios e investigações, a nível nacional e internacional, sobre as crianças a partir do olhar das várias ciências, até essa data, a história da infância encontrava-se “bastante fragmentada e limitada” (Monteiro, 2002, p.17). Como defendem Becchi e Julia (1996, citado por Monteiro, 2010) “quanto mais recuamos no tempo, mais fugidios se revelam os rastros que podemos detetar, não porque a criança não tenha tido o seu lugar, mas porque a conceção da criança era diferente” (p.10).

A categoria social da infância é acompanhada muitas vezes por uma visão pessimista da criança, o que Sarmento (2005) denomina negatividade constituinte, e na qual são encaradas como inferiores, incompetentes e imperfeitas. Apesar da mudança de visão da fase da infância e da criação de um conjunto de documentos sobre os seus direitos, as crianças ainda continuam a ser um dos grupos sociais mais vulneráveis, permanecendo na atualidade: práticas de infanticídio, exploração, abandono, trabalho infantil, violência, abuso, exploração, discriminação, pobreza, (Tomás, 2011; Wall & Almeida, 2014; UNICEF, 2016; Wall, 2016; Sarmento & Trevisan, 2017). Como referem Bastos e Veiga (2016), as insuficiências, de há duas décadas, mantêm-se e, em alguns casos, surgem agravadas ou até com novos contornos mais complexos.

Desse modo, e como afirmam Bastos e Veiga (2016), falar das crianças é uma prioridade nacional, especialmente daquelas que se encontram em situações de maior vulnerabilidade social e que, por isso, não estão capazes de vivenciar a sua infância de uma forma harmoniosa, tranquila e feliz.

Como defende Martins (2010), a pesquisa e intervenção na área da proteção de crianças e jovens em risco constitui uma janela sobre o mundo da infância ou sobre a(s) infância(s) no mundo e as suas condições de existência objetivas e subjetivas, pessoais e relacionais, materiais e simbólicas. Mas é muito mais do que uma perspetiva sobre a condição de ser criança; na verdade, a proteção de crianças e jovens em risco tem vindo a constituir-se progressivamente como um domínio privilegiado de configuração discursiva e prática desta mesma condição, um agente envolvido na mudança das representações sociais sobre as crianças e o seu lugar na vida e na sociedade, no presente e no futuro. (p. 317).

De seguida transitamos para a etapa seguinte que se trata da adolescência. Uma fase, regra geral, de crise. Como salienta Poncet-Bonissol (2010) “para que a infância acabe, há que aceitar o momento de crise, no sentido de mudança” (p.21) De facto, esta transição entre os dois estados, da infância à idade adulta, mesmo que em latência, tem lugar, atualmente, mais cedo e marca uma etapa decisiva, a do término da infância, da qual o interessado, bem como os seus progenitores, se deve despedir. Lembremo-nos de que o termo “adolescente” provém do verbo latino “*adolescere*”, que significa “crescer”. Evoquemos igualmente as palavras de Rousseau, em *Émile ou Da Educação*: “Mas o homem, em geral, não foi feito para permanecer na infância. Sai dela no momento prescrito pela natureza; e esse momento de crise, embora bastante curto, tem profundas influências” (citado em Poncet-Bonissol, 2010, p.22.)

O adolescente está empenhado em tornar-se autónomo e, por isso, prepara a sua saída de casa muda a quantidade e a qualidade das suas relações com o sistema extrafamiliar, torna-se sexualmente ativo e pode vir a ser ele próprio pai ou mãe. Por outras palavras, e como diz Minuchin (1971), “quando a criança entra na adolescência e tem de se adaptar quer à sua família quer ao cada vez mais importante grupo de pares, ela exerce pressão para uma maior autonomia. Se a família quiser continuar como uma unidade saudável e encorajadora do crescimento, deve evoluir do estado de família de uma criança para família de um adolescente” (p.91).

Quando a fase da separação física ou saída de casa do jovem se aproxima (quer para prosseguir os seus estudos ou o seu trabalho longe da família, quer por vontade de viver noutro espaço,

quer porque ele próprio decidiu casar-se ou viver com alguém) essa mudança ressoa em todos os membros da família. O sucesso ou fracasso da saída de casa de um filho está inextricavelmente ligado à reorganização da família, quer ao nível dos rearranjos hierárquicos quer dos novos canais de comunicação. Se o filho que sai de casa desempenhava uma função importante na homeostase familiar – veículo de comunicação entre os pais, filho parentificado (desempenhando a função de pai ou mãe, por ausência ou incapacidade de um dos progenitores), função de “para-raios” – a família vai ter sérias dificuldades em reorganizar-se. Por vezes os pais ameaçam separar-se ou divorciar-se.

Numa das fases mais importantes no desenvolvimento do indivíduo, para completar o que já foi descrito, é a fase da vinculação. A vinculação traduz-se na capacidade de estabelecer vínculos afetivos e emocionais que constitui um fator fundamental para o desenvolvimento e funcionamento psicológico dos indivíduos. As crianças e jovens vão criando modelos internos de relação com as figuras primárias de vinculação. A vinculação representa uma relação emocional, íntima, profunda e duradoura, com dependência mútua, que se sustenta na convicção de que esta se prolongará quer no tempo quer no espaço (Ainsworth, 1979; Bowlby, 1969). Uma necessidade tão natural no ser humano como a sua necessidade fisiológica, isto porque o ser humano tem uma necessidade intrínseca de se apegar a algo ou a alguém como se fosse uma necessidade de sobrevivência. Por isso, a criança fundamenta o seu conceito de coerência e a sua resiliência na maneira como é amada, sentindo-se valorizada ao lado das pessoas que cuidam de si, com quem ela convive diariamente e com quem aprende (Gomes, 2005).

O estabelecimento de uma vinculação segura ou insegura vai depender das experiências que a criança ou o jovem vivencia com as figuras cuidadoras. Se estas forem responsivas, a relação que se estabelece é marcada pela segurança e pela exploração do ambiente de forma entusiasmada. As crianças/ jovens que estabelecem relações inseguras percecionam as figuras cuidadoras como não responsáveis, revelam baixa curiosidade em explorar o ambiente e podem apresentar pouca ou demasiada interação com a figura de vinculação.

Existe famílias que o seu ambiente é inadequado e não estruturado e que não vão de encontro ao bem-estar da criança /jovem. Algumas famílias conseguem ultrapassar os períodos de crise, utilizando recursos internos e/ou exteriores, permitindo assim uma reestruturação da família. Na ausência da família, a instituição de acolhimento, é uma das respostas que pode completar as lacunas e socializa a criança/jovem. Nem sempre a família consegue satisfazer as necessidades dos menores, não porque não querem, mas porque podem estar a passar por uma

adversidade. Cabe ao Estado apoiar as famílias que estão em situação de vulnerabilidade em prol do bem-estar do menor.

O superior interesse e o bem-estar do menor deve ser sempre posto em primeiro lugar na intervenção social. Segundo Batista (2014), baseada na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) a família não cumpre adequadamente o seu papel quando:

- Coloca a criança e jovem em situação de perigo, o ambiente familiar não é seguro e não é seguro para a criança/jovem;
- Abandona a criança/ jovem e a deixa entregue a si próprio;
- Confere maus-tratos físicos ou psíquicos ou abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;
- Obrigam a criança/jovem a trabalhos inadequados à sua idade, e que vão contra a sua etapa de desenvolvimento;
- Sujeita, direta ou diretamente, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança, seja a nível físico ou psíquico;
- Têm comportamentos ou atividades que prejudicam gravemente a saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhe oponham de modo adequados a remover essa situação;

Quando ocorre estas situações a família é sujeita a intervenção no âmbito do sistema de promoção e proteção, tendo em vista o superior interesse da criança. A CPCJ e tribunal têm o poder de aplicar medida de promoção e de proteção;

1.2 O conceito de criança e jovem em perigo/risco

A intervenção tutelar de promoção e proteção, expressa na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), desenvolve-se relativamente a casos em que se verifique a ameaça dos direitos essenciais (cívicos, sociais, económicos e culturais) da criança ou jovem até aos 18 anos de idade que, por tal, se vê em situação de perigo para a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, requerendo-se, deste modo, a atuação do Estado. Os sistemas sociais e judiciário devem responder ao perigo identificado desencadeando ações que proporcionem as condições adequadas à promoção dos direitos e proteção das vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso, abandono ou tratamento negligente, ou quando se

vejam privados de um ambiente familiar que garanta o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Guerra, 2004; Bolieiro e Guerra, 2009).

A criança e jovem em situação de risco é toda a “criança que, pelas suas características biológicas e/ou pelas características da sua família, está sujeita a elevadas probabilidades de vir a sofrer omissões e privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas de natureza material ou afectiva” (Penha, 2000, cit. por Cortes, 2020, p.13).

De acordo com a Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças, a continuidade ou a agudização dos fatores de risco podem, em alguns contextos, quando se verifica a ausência de fatores de proteção ou compensatórios, levar a situações de perigo. No entanto, nem todas as situações de perigo resultam de uma situação de risco prévia. Estas podem aparecer perante uma situação de crise aguda, como a morte de alguém querido, divórcio ou separação. É esta distinção entre situações de risco e de perigo que define os vários níveis de responsabilidade e legitimidade na intervenção, no Sistema de Promoção e Proteção da Infância e Juventude.

Nas situações de risco, a Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças menciona que a intervenção é conduzida para que haja uma superação da mesma, tendo em vista a prevenção primária e secundária das situações de perigo, recorrendo à implementação de políticas, estratégias e ações. Estas políticas são direcionadas a toda a população em geral ou a grupos específicos de famílias e crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade, como por exemplo: campanhas de informação e prevenção; ações que promovam o bem-estar social; implementação de programas de educação parental; respostas de apoio à família através de prestações sociais, habitação social; alargamento da rede pré-escolar, entre outras.

Em situações de perigo, a intervenção tem como objetivo remover o perigo existente em que se encontra, através da aplicação de medidas de promoção e proteção, assim como proporcionar a prevenção de reincidências e a compensação e superação das consequências dessas situações (Gonçalves, 2020).

De facto, nas situações de risco a legitimidade da intervenção passa pela remoção de situações que possam constituir-se num perigo, através da construção de estratégias e ações integradas a nível central e local, em prol de uma prevenção primária. Neste sentido, a prevenção primária é fundamental para obstar o surgimento de contextos de risco que possam, de forma mais incisiva, constituir-se em perigo. A prevenção primária, passa, portanto, pela conceção e implementação de políticas, estratégias e ações dirigidas às comunidades em geral

e que tenham, também, como destinatários prioritários as crianças e jovens integradas em contextos sociais, familiares, escolares, habitacionais, culturais, económicos e ambientais desfavoráveis ao seu desenvolvimento e à realização dos seus direitos.

Nesta vertente, a prevenção primária está incluída nas competências das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, na sua modalidade alargada, uma vez que atuam na rede informal, o mais a montante possível, ou seja, na área do risco, conforme o preconizado nas alíneas de a) a e) do artigo 18.º, da LPCJP.9 Quando o grau de risco é tão elevado que se constitui numa situação de perigo para a segurança, saúde, formação, educação, ou desenvolvimento da criança ou jovem, a intervenção passa para a intervenção de nível secundário e terciário, cabendo aqui a legitimidade às entidades com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ) e às comissões de proteção na modalidade restrita, (art. 6.º, 7.º e 8.º da LPCJP) e em última instância, aos tribunais (al. j, art. 4.º, 11.º, 67.º e 68.º da LPCJP).

O trabalho conjunto entre as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), requer a constituição de equipas multidisciplinares para a análise e avaliação das potenciais situações de risco que possam culminar em situações de perigo ou maus-tratos para o(s) menor(s), assumindo a importância do envolvimento/implicação/apoio das famílias das crianças e jovens informalmente sinalizadas.

Em caso da ineficácia da intervenção da rede informal ou da situação ser de perigo iminente, as situações devem passar para a rede formal de intervenção, nomeadamente para as CPCJ do concelho de residência da criança e jovem ou tribunal da comarca.

As situações que chegam às CPCJ dão abertura de processo, pela fase de sinalização, seguindo-se a fase da avaliação e investigação; diagnóstico; medidas de promoção e proteção dos direitos e finalmente, pela coordenação e acompanhamento do caso, em caso de não haver oposição por parte dos pais ou representante legal ou do jovem com idade igual ou superior a 12 anos.

Em todas estas fases, mesmo em situações consideradas de emergência, com retirada de menor, as famílias devem estar envolvidas no processo, com exceção das situações em que este envolvimento se revele penoso para a criança ou jovem, como é o caso das situações de abuso sexual.

1.3. Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens

O sistema de promoção e proteção de crianças e jovens português, em vigor em Portugal desde 1999, com a aprovação da Lei Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP – Lei n.º147/99, de 1 de setembro), está ancorado na Constituição da República Portuguesa (CRP) e na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC).

A LPCJP, aprovada pela lei n.º 147/99 de 1 de setembro e com as alterações introduzidas pelas leis n.º 31/2003, de 22 de agosto, n.º 142/2015, de 8 de setembro, n.º 23/2017, de 23 de maio, e n.º 26/2018, de 5 de julho, integrou a conceção trazida pela CDC de que o desenvolvimento da criança/jovem envolve a concretização de todos os seus direitos (sociais, culturais, económicos e civis), assim como o reconhecimento da criança/jovem como sujeito autónomo de direitos humanos. O nosso atual sistema parte da família, elemento fundamental da sociedade, com direito à proteção da sociedade e do Estado (cf. art.º 67.º da CRP), a quem cabe a promoção dos direitos da criança e indubitavelmente a sua proteção. É no seio da família que a maioria das crianças/jovens cresce e se desenvolve em dignidade e autonomia, promovendo-se os seus direitos. Mas também é no seio da família que, por várias razões na sua maioria multifatoriais e complexas, podem ocorrer situações de perigo que colocam as crianças/jovens em situação de vulnerabilidade, estando em causa a sua segurança, saúde, bem-estar, formação, educação e desenvolvimento integral (Simões, 2018).

A intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança/jovem em perigo incumbe às entidades com competência em matéria de infância e juventude, às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e aos Tribunais (art.º6.º da LPCJP), e é legítima quando os pais, representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto a colocam em perigo ou quando não atuam de forma adequada afastá-la do perigo em que se encontra, por ação ou omissão de si própria ou de terceiros. A criança/jovem tem, assim, de se encontrar em situação de perigo para a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, situação que legitima a intervenção do Estado e da sociedade na sua vida e autonomia e na sua família (cf. Proposta de Lei n.º 265/VII – Exposição de motivos da LPCJP), assim como, lhe confere o direito à proteção da sociedade e do Estado, como resulta do art.º 69.º da CRP. Ou seja, a criança/jovem está em perigo quando:

- Está abandonada ou entregue a si própria;
- Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;

- Não recebe os cuidados ou afeição adequados á sua idade e situação pessoal;
- Está aos cuidados de terceiros durante o período em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados á sua idade, dignidade ou situação pessoal ou prejudiciais á sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita a comportamentos que afetam gravemente a sua segurança ou equilíbrio emocional ou quando a própria criança/jovem assume comportamentos, atividades ou consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto se oponham de modo adequado a remover a situação (cf. art.º 3.º, n.º2 da LPCJP);
- Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.

A LPCJP define o regime jurídico da intervenção das entidades com competências em matéria de infância e juventude, das CPCJ e dos tribunais na promoção dos direitos e proteção da criança/jovem em perigo, que se deve pautar no respeito pelos princípios orientadores da intervenção, consagrados no art.º 4.º da LPCJP – interesse superior da criança/jovem; privacidade; intervenção precoce; intervenção mínima; proporcionalidade e atualidade; responsabilidade parental; primado da continuidade das relações psicológicas profundas; prevalência da família; obrigatoriedade da informação; audição obrigatória e participação e subsidiariedade. Este último princípio é estruturante da intervenção no sistema de promoção e proteção e esclarece que a mesma deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, pelas CPCJ e, em última instância, pelos tribunais.

Às entidades com competência em matéria de infância e juventude (autarquias, serviços de segurança social, entre muitas coisas) compete avaliar, diagnosticar e intervir nas situações de risco e de perigo de forma consensual com os responsáveis pela criança/jovem (cf. art.º 7.º, n.º 3 e n.º 4, al. a) da LPCJP) e com a não oposição da criança/jovem com idade ou superior a 12 anos (ver ainda o art.º 10º, n.º 1 da LPCJP). O nosso sistema responsabiliza e envolve a

comunidade da criança/jovem na promoção e proteção dos seus direitos. As entidades com competência em matéria de infância e juventude comunicam às CPCJ as situações de perigo sempre que não possam, no âmbito exclusivo da sua competência, assegurar a proteção que as circunstâncias exigem (art.º 65.º, n.º 2 da LPCJP) e sempre que entendam que a sua intervenção não seja adequada ou suficiente (art.º 66.º, n.º 3 da LPCJP).

As CPCJ, enquanto instituições oficiais não judiciárias, com autonomia funcional, visam promover os direitos das crianças/jovens e intervir nas situações em que estão em perigo (cf. art.º 12.º, n.º1 da LPCJP). Têm uma composição pluridisciplinar e interinstitucional (art.º 17.º da LPCJP). Só podem intervir com o consentimento expresso e prestado por escrito pelos pais, representante legal ou pela pessoa que tenha a sua guarda de facto, nos termos do art.º 9.º e com a não oposição da criança/jovem com idade igual ou superior a 12 anos (art.º 10.º da LPCJP), sem os quais o processo é remetido ao Ministério Público a quem cabe requerer a abertura de processo judicial de promoção e proteção.

As CPCJ e os tribunais têm competência para a aplicação de medidas de promoção dos direitos e proteção das crianças/jovens que visam o afastamento da situação de perigo, conforme o disposto no art.º 34.º da LPCJP. Estas estão tipificadas no art.º 35, n.º 1 da LPCJP e podem ser executadas em meio natural de vida, tais como as medidas de apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para a autonomia de vida, ou executadas em regime de colocação, que é o caso da medida de acolhimento familiar e de acolhimento residencial. A medida de confiança a pessoa seleccionada para a adoção, a família de acolhimento ou instituição com vista à adoção é de aplicação exclusiva dos tribunais.

Capítulo 2 – Autonomização

De acordo com a lei 147/99, no seu artigo 45.º, é fundamental “proporcionar diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, visando proporcionar-lhe condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida”.

A autonomia não é um conceito linear e concreto, pois assume uma construção multidimensional, quer ao nível dos seus conteúdos, quer ao ritmo de desenvolvimento de cada uma das suas dimensões. A noção de autonomia está relacionada com inúmeras características “separação-individuação, maturidade psicossocial, capacidade de autorregulação, autocontrolo, autoeficácia, autodeterminação, capacidade de decisão e independência” (Veloso, 2014, p.16). Todavia, importa não restringir o conceito de autonomia apenas à vertente pessoal e psicológica, mas também, ter em conta a autonomia como a aquisição de conhecimentos e competências funcionais que permitam ao indivíduo uma plena emancipação, tais como autonomia financeira, profissional, aspetos para a construção da vida pessoal e/ou familiar.

A autonomia ocupa um lugar muito importante na emancipação individual do jovem, pois é a partir desta que o jovem se integra na sociedade e se assume como parte integrante da mesma. A conquista da liberdade, a ânsia de se tornar independente, bem como a construção de autonomia são pilares particulares da adolescência. Trata-se de uma fase onde ocorrem várias experiências como forma de aprendizagem e construção de identidade. Teoricamente, a definição de autonomia relaciona-se com diversos conceitos como, liberdade, independência e emancipação, embora a sua ligação não seja feita de forma direta, subjetivamente estes conceitos estabelecem uma relação na construção da autonomia.

2.1 – Autonomia e as suas dimensões

O conceito de autonomia tem sido explorado por vários autores que o definem tendo em conta três dimensões (Ribeiro, 2008; Fernandes, 2010; Barbosa & Wagner, 2013; Gomes, 2010; Steinberg & Silverberg, 1986). Antes de explicar cada uma delas salienta-se que não há um consenso global da designação das dimensões, pois cada autor definiu-as com denominações distintas, no entanto, com alguns teores semelhantes.

Na dimensão, designada por comportamental (Ribeiro, 2008; Barbosa & Wagner, 2013), cognitivo (Fernandes, 2010; Gomes, 2010) ou valores (Steinberg & Silverberg, 1986) os autores relacionam a autonomia a um ato consciente de tomada de decisão. Esta é um processo contínuo que influencia o presente e o futuro, na medida em que as decisões tomadas na adolescência poderão causar repercussões, positivas e/ou negativas, na vida adulta. Neste sentido, o jovem assume a responsabilidade pelos seus atos e rege o seu comportamento de acordo com os seus objetivos de vida.

Na dimensão designada por emocional (Ribeiro, 2008; Fernandes, 2010; Barbosa & Wagner, 2013; Steinberg & Silverberg, 1986) ou afetiva (Gomes, 2010), os autores expõem a autonomia numa vertente pessoal, onde o jovem revela ter capacidade de definir os seus objetivos de vida, assumir uma posição com base nos seus interesses e desejos e ser capaz de pensar e refletir de forma independente, não sendo influenciado pelos outros. Por outro lado, o jovem deve ter em conta consequências emocionais que os comportamentos autónomos podem suscitar, originando, por vezes, sentimentos ambivalentes. O jovem, quando autónomo, revela conhecer e perceber a si mesmo e aos outros, demonstrando confiança nas suas escolhas pessoais e morais.

A terceira dimensão tem várias designações, tais como, funcional (Gomes, 2010; Fernandes, 2010). Nesta dimensão o conceito de autonomia incide numa vertente prática, onde o jovem demonstra ser capaz de planejar, concretizar as suas decisões (Gomes, 2010), os seus objetivos, refletir estratégias necessárias para explica-los (Barbosa & Wagner, 2013), manifestando a sua autodeterminação e eficácia na concretização dos mesmos (Fernandes, 2010). Numa vertente de valores (Ribeiro, 2008), o jovem é capaz de realizar uma análise pessoal dos seus valores, comparando-os com os valores dos pais e da sociedade, gerando, por vezes, um conflito interno. Por outro lado, os autores Steinberg & Silverberg (1986) expõem o conceito de autonomia numa perspetiva comportamental, abarcando competências de organização, tarefas domésticas e gestão financeira.

De modo semelhante, e na linha do modelo integrado de Noom, Dekovic e Meeus (2001), a autonomia é composta por três dimensões: i) atitudinal – refere-se ao processo cognitivo associado á realização de escolhas e definição de objetivos; ii) Emocional – refere-se ao processo afetivo em sentir-se confiante acerca dessas mesmas escolhas e objetivos; iii) Funcional – refere-se ao processo regulatório de desenvolver estratégias com vista ao alcance dos objetivos definidos.

Oliveira & Peixoto (2021), quando se referem a crianças e jovens em contexto de acolhimento residencial, consideram que na dimensão funcional importa considerar também a gestão do quotidiano, higiene, alimentação, mobilidade, habitação, cidadania e tecnologias de informação. Por sua vez, na dimensão emocional, é relevante considerar a importância dos sentimentos, em sentido lato, e dos sentimentos de segurança, em sentido estrito, nas suas crenças e valores pessoais, assim como nas suas convicções morais e políticas. (p.240)

A partir do reconhecimento destas dimensões, segundo Oliveira & Peixoto (2021) identificam-se quatro graus possíveis de autonomia das crianças/jovens, os quais se distinguem: i) Plenamente independente – tem garantida uma independência sustentada, mantendo uma rede social de apoio estável e saudável. Participa na comunidade e toma decisões conscientes e ponderadas sobre a sua vida. Gere de forma adequada os seus recursos. Não necessita de qualquer apoio técnico ou financeiro por parte dos serviços sociais; ii) Parcialmente independente – beneficia de apoio residual, prescindindo de apoio financeiro. Apresenta potencial de transição para uma independência plena, se assegurada orientação técnica; iii) Parcialmente dependente – consegue viver de forma autónoma, mas com um suporte técnico e/ou financeiro moderado. Pode não conseguir progredir para uma independência plena, embora garanta um certo grau de autonomia; iv) Dependente – necessita de um apoio técnico e financeiro permanente, independentemente das pequenas conquistas que eventual e previsivelmente consiga alcançar.

A sustentabilidade de um processo de autonomização carece de uma constante avaliação do ponto de desenvolvimento em que a criança/jovem se encontra e dos progressos efetuados, bem como da implicação e capacidade empática dos intervenientes. Só num ambiente humanista, crente na capacidade que o indivíduo tem de surpreender, ultrapassar dificuldades e constrangimentos, é possível construir e reconstruir a maior felicidade possível. Para tal, importa identificar a motivação e fragilidades emocionais e definir estratégias particularizadas para reforçar as mais-valias e obviar cada uma das menos-valias identificadas (Oliveira & Peixoto, 2021).

O conceito de competências de vida surgiu a partir de um conceito geral de competência definido por Le Boterf (2003, citado em Dias et al., 2012, relacionado com os “conhecimentos ou saberes vivenciados pelo sujeito aprendente, que se manifestam na ação ajustada perante situações complexas, instáveis” (p.35). Com base em fundamentos teóricos, as competências de vida só fazem sentido quando aplicadas nos diferentes contextos de vida do indivíduo, pois

o “treino de competências de vida só estará efetivamente concretizado quando a pessoa for capaz de transferir a competência aprendida num dado contexto” (Dias, et al., 2012, p.36), ou seja, não importa apenas ter o conhecimento das competências, mas sim ter a capacidade de explicá-las nas diversas situações do quotidiano.

Segundo Lemos & Menezes (2002) “as competências sociais referem-se a um constructo multidimensional que inclui fatores sociais/interpessoais, cognitivos e emocionais, designadamente as competências internas que intervêm na interação com outras pessoas” (citado em ISS, I.P. 2007, p.59-60). Ou seja, as competências sociais traduzem-se a partir de comportamentos e atitudes (adequados ou inadequados) quer na relação com o outro, quer na forma como a criança e jovem manifesta-se nos diferentes contextos da sua vida. Um indivíduo com fracas competências sociais, ou até mesmo ausência delas, pode demonstrar dificuldades na criação de laços, amizades, em aceitar críticas, pedir ajuda, saber lidar com situações de pressão e stress, colocando em causa o relacionamento interpessoal.

O termo competência social é utilizado por vários autores como “uma variável para avaliar níveis de ajustamento e adaptação (...) como a habilidade da pessoa para perceber as demandas do ambiente e o esforço com o objetivo de adequar seu próprio comportamento à situação” (Cecconello & Koller, 2003, p.2). Um indivíduo com competências sociais revela ser otimista, ter confiança em si próprio, estabelece objetivos que pretende alcançar, e acima de tudo aprende e constrói através dos seus fracassos, é um indivíduo que contém estratégias para resolução de problemas. Na mesma linha, e de acordo com Tyler (1984, citado em Cecconello & Koller, 2003,), uma pessoa com competências sociais “é capaz de acreditar nas suas potencialidades e demonstrar sentimentos positivos com relação a si mesmo (...), é capaz de estabelecer metas e traçar estratégias para conseguir bons resultados” (p.2).

Segundo o Manual de Processos-chave do LIJ (ISS, I.P., 2007), as competências pessoais são “características pessoais que influenciam a relação que a criança e jovem tem consigo mesma” (p. 25), isto é, o conhecimento que a criança e jovem tem de si próprio, a sua capacidade de transmitir e reconhecer os seus sentimentos, a sua autoestima, a forma como a criança e jovem se percebe e a sua autonomia pessoal. Especificamente, a competência pessoal é uma competência intrínseca ao indivíduo e está relacionada com um conjunto de saberes, potencialidades e recursos que o indivíduo utiliza no seu quotidiano para a resolução de tarefas com as quais é confrontado. Já a competência social acontece num espaço de relação com os outros, estando associada a um conjunto de comportamentos do indivíduo onde há a

transmissão de sentimentos, opiniões, vontades, “demonstrando a capacidade de resolução de problemas imediatos, de forma a minimizar a ocorrência de problemas futuros” (Caballo, 1987, citado em Ribeiro, 2008, p.8).

Importa salientar que as competências pessoais e sociais adquiridas variam de pessoa para pessoa tendo por base vários fatores: contexto social, económico, cultural e/ou familiar. No caso de crianças e jovens em risco, para além de viverem, por vezes, um longo período na instituição de acolhimento, onde involuntariamente ficam limitados no desenvolvimento de competências, são crianças e jovens que suportam percursos de vida desestruturados, com representações familiares negligentes e ausentes de competências.

Segundo Matos (2005, citado em Ribeiro, 2008) as competências pessoais e sociais deverão apelar ao ensinamento de várias artes de conhecimento, como a observação, compreensão do meio, previsão e antecipação de acontecimentos e a capacidade de resolução de problemas, testando qual a forma de agir em determinada situação.

Uma eficaz promoção de competências pessoais e sociais é possível através do desenvolvimento de aspetos como o sentimento de pertença a um grupo, a existência de uma figura de referência, a construção de uma identidade própria, com a partilha de experiências, que leva a que o adolescente demonstre maior capacidade pessoal “permitindo identificar situações e problemas, encontrar e implementar soluções, avaliar resultados e manter ou alterar estratégias” (Ribeiro, 2008, p.9).

O treino de competências de vida procura ser um apoio para sucesso pessoal, social e profissional, bem como para a resolução de diversos problemas. As competências de vida são “competências facilmente ensinadas e aprendidas e, quando dirigidas para a vida quotidiana, são enriquecedoras.” (Dias, Cruz, & Danish, 2001, p.159), ou seja, sempre que possível, devem ser trabalhadas e exploradas áreas importantes para o jovem, tais como, a procura de emprego, estratégias para a gestão económica, realizar poupança, aquisição de vestuário, responsabilidade pela resolução de assuntos pessoais, realização de tarefas domésticas, sendo estas competências mais funcionais, no entanto, devem ser simultaneamente trabalhadas competências de foro pessoal e relacional.

Segundo Danish & Hale (1981, citado em Gomes & Marques, 2013) as competências de vida não surgem apenas do contacto com diferentes situações e desafios, mas sim “através de demonstração, modelagem e prática” (p.5), que ao serem treinadas e desenvolvidas estão a

promover a autonomia dos jovens nos processos de tomada de decisão e na confiança para enfrentar novos desafios.

2.2 – Casa de Acolhimento com Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens

As Casas de Acolhimento com Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia é uma “resposta social, no âmbito de execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em espaços habitacionais (apartamento de autonomização), destinados a preparar os jovens para a vida ativa, desde que para tal demonstrem responsabilidade, competências e potencialidades, devendo ser salvaguardada a sua individualidade e privacidade por forma a que possam adquirir, progressivamente, autonomia de vida” (ISS, I.P., 2024).—Trata-se de um espaço que tem como principal objetivo fornecer aos jovens competências que os possam ajudar após a sua autonomização (Silva e Vieira, 2009).

Entre as diversas modalidades de transição para a vida independente, Kroner (2007) refere as três mais frequentes: 1) apartamentos para um grupo de jovens com supervisão; 2) apartamentos individuais com semi-supervisão e 3) para um grupo de jovens sem supervisão. Segundo o autor, esta supervisão pode ser realizada a vários níveis: a) um técnico viver no apartamento; b) visitas diárias realizadas por um técnico, mas não anunciadas; c) contacto telefónico regular com os jovens e d) deslocação dos jovens ao gabinete do técnico responsável.

Os apartamentos de autonomização encontram-se inseridos em comunidades que disponham de serviços sociais de apoio, nomeadamente ao nível de emprego, educação e saúde (Calheiros et al., 2013). De modo idêntico a programas desenvolvidos noutros países, o apartamento de autonomização focaliza-se na promoção de dimensões que se supõem primordiais para garantir a subsistência dos jovens após a transição para a vida independente (Stein, 2005), tais como a qualificação escolar e profissional, redes de suporte, gestão e organização doméstica e cuidados de saúde.

De acordo com o Relatório CASA de 2022 (ISS, I.P., 2022), existiam 164 jovens a viver em apartamento de autonomização, verificando-se um aumento de 15% face ao ano de 2021 (143 jovens). Os espaços de autonomização foram criados para os jovens terem a possibilidade de apreenderem e treinarem competências de vida, no entanto, é uma resposta social ainda escassa, dado o número de jovens institucionalizados (Sousa, 2015).

A intervenção das instituições de acolhimento, segundo o Manual de Processos-chave do LIJ (2007), deve incidir no desenvolvimento de capacidades e competências das crianças e jovens, identificando as principais necessidades destes. O apoio dos elementos da equipa técnica e educativa é imprescindível, pois irá ajudar a criança e jovem a perspetivar o seu futuro, bem como assumir responsabilidades (de acordo com a sua idade) nas diferentes áreas da sua vida. As competências que os jovens conseguirem adquirir durante o período da institucionalização são importantes para incutir segurança pessoal e desenvolver uma autonomização com sucesso.

De acordo com o Manual de Processos-chave do LIJ (ISS, 2007) são seis as capacidades e competências a desenvolver nas atividades para as crianças e jovens em perigo, sendo elas, 1) comunicação verbal e não-verbal, 2) habilidades pessoais, sociais e a aquisição de valores, 3) autoestima, 4) resiliência, 5) capacidade para participar e 6) cooperação. Estas competências podem facilmente ser potenciadas no dia-a-dia da instituição, tendo um papel importante aquando da saída do jovem para a vida independente.

Nestas competências ressalta-se a resiliência, não menosprezando as outras, mas “na educação de crianças e jovens em risco, desenvolver a resiliência é tarefa prioritária” (ISS, 2007, p. 238), pois é necessário munir as crianças e jovens de mecanismos que lhes ajudem a resistir às dificuldades e adversidades da vida. Tornar uma criança e jovem resiliente é fazer com que este(a) seja capaz de lidar com os problemas/situações a que esteve exposto(a), ajudando a superar os obstáculos e as adversidades da vida, tornar-se uma pessoa mais forte e capaz de assumir novas atividades.

A resiliência é uma competência pessoal que se pode fortalecer nas crianças e jovens através de ações, tais como, promover a autoestima, reconhecer os pontos fortes, assumir que os erros não são insucessos, mas sim caminhos de aprendizagem, estimular relações de afetos, mostrar-se disponível para a criança e jovem e a vivência de sentimentos positivos, otimistas que lhes transmita segurança face ao seu futuro. Todos estes aspetos elencados são designados como fatores de proteção definidos como “as influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta de uma pessoa a algum perigo que predispõe a um comportamento não adaptativo” (ISS, 2007, p. 238).

Todavia, o desenvolvimento de competências em contexto de acolhimento institucional é considerado um desafio por parte dos técnicos, pois a escassa intervenção com base num

modelo educativo/terapêutico coloca em causa o treino e a capacitação de competências, ficando aquém das necessidades dos jovens. Gomes (2010,) reforça que “sem a existência de normas e limites bem definidos, os jovens não podem construir o seu processo de autonomia de forma estruturada e segura” (p.197). A preparação futura dos jovens para a autonomia é algo essencial para um processo de autonomização sustentado, “proporcionando aos jovens experiências e instrumentos que permitam o desenvolvimento das competências necessárias para a inserção na vida ativa, combatendo o risco de exclusão social futura” (Gomes, 2010, p.285). De acordo com os fundamentos teóricos de Smith (1999 cit. em Calheiros, et al.,2013) a preparação para uma vida eficaz tem em conta quatro áreas que devem ser alvo de gestão: recursos, tempo, pessoal e interpessoal.

Ao falar de gestão de recursos o autor engloba “recursos financeiros, competências e conhecimentos” (p.254), trata-se de uma gestão ao nível dos recursos financeiros (gestão/uso do dinheiro, estratégias de poupança, conhecimentos para abertura de conta no banco), mas também recursos locais e da comunidade (utilização dos serviços da comunidade, realização de inscrição no centro de emprego, no centro de saúde, pagamento de contas), a fim possibilitar uma vida eficaz.

A gestão de tempo é uma área também importante, que envolve o desenvolvimento de competências de planeamento do quotidiano, organização de tarefas, responsabilidade pelo cumprimento de horários, compromissos e para tal, deve ser estimulada e valorizada aos jovens. A gestão pessoal é a área que se manifesta em todas as vertentes da vida do jovem, já que abrange as suas competências pessoais incluindo “estratégias de autorregulação e monitorização, motivação para a mudança, definição de objetivos, proteção e apresentação pessoal” (Smith, 1999 cit. In Calheiros, et al., 2013, p.255), quer isto dizer que, uma boa gestão pessoal pode traduzir-se em resultados positivos nas outras vertentes como as competências de comunicação e relações de afeto. Por último, a gestão interpessoal, que muito associada à gestão pessoal, refere-se ao desenvolvimento de competências interpessoais e sociais em que o jovem se integra na sociedade através de grupos/associações, do desporto, com intuito de criar relações de proximidade que facilitam a sua integração social.

Alguns estudos evidenciam a aquisição de competências pessoais e sociais como um aspeto importante no desenvolvimento da maturidade e no ajustamento social, tal como o défice nas competências pessoais e sociais está associado ao comportamento antissocial e ao isolamento social (Matos, Simões, & Carvalhosa, 2000). Contudo, não podemos deixar de

conhecer toda a história pessoal do jovem, pois esta foi para ele a sua aprendizagem social, agindo em consonância com os valores transmitidos pelos pais/educadores, que muitas das vezes assumem uma postura ausente na supervisão parental, dando origem a comportamentos delinquentes.

A autonomização é já o final de todo um processo de desenvolvimento de autonomia, processo este que depende das características de cada jovem e da sua atual situação, em aspetos como as competências que já adquiriu, se já está inserido no mercado trabalho, quais os recursos que disponibiliza (habitação, recursos económicos, familiares), entre outros. Neste sentido, cada jovem tem um processo de autonomização diferente, sem esquecer que este deve ser definido em conjunto com o jovem, analisar as condições que são fundamentais para concretizar a sua saída, bem como definir estratégias para assumir uma vida autónoma e ir alcançando os seus objetivos pessoais, dando relevo à rede social do jovem e aos recursos que este tem acesso, de forma a garantir a sua segurança após a saída da instituição.

Em suma, será importante dar oportunidade ao jovem de exprimir a sua vontade nas tomadas de decisão no que respeita ao seu projeto de vida, pois para os jovens ouvirem e aceitarem as opiniões e decisões do técnico é simultaneamente fulcral ouvir e respeitar os argumentos e expectativas do jovem (Calheiros, et al., 2013).

2.3 - Projetos de Vida

Os projetos de vida são imprescindíveis para qualquer criança/jovem. Segundo o Instituto da Segurança Social (2019), é da responsabilidade das equipas multidisciplinares preparar e planear o futuro da criança/ jovem.

Os projetos de vida devem contemplar planos de intervenção individual (PII) que devem contemplar todas as áreas da vida de cada criança/jovem, ou seja, construir numa logica sistémica e adaptada para as especificidades de cada criança. Desta forma será possível ter projetos de vida adequados, seguros e oportunos e em consenso com a decisão do Tribunal ou da Comissão de Proteção.

Tanto a construção do projeto de vida como a sua aplicação deverão sempre ter por base a garantia do superior interesse da criança e jovem. Os projetos de vida devem ser construídos pelo gestor de caso, educador de referência e pela criança/jovem. Deve ter em conta as necessidades e interesses da criança/jovem com vista ao seu desenvolvimento pessoal e profissional, tendo também a função de ser um fio orientador do seu percurso de vida. Ao falar

de projeto de vida é imprescindível falar de autonomia, pois os projetos de vida devem promover a autonomia dos jovens.

Assim, o “projeto de vida configura uma estratégia de intervenção da estrutura residencial em parceria com outros atores sociais, implicando fortemente com as crianças e jovens acolhidos e suas famílias, tendo como objetivo principal a sua desinstitucionalização segura” (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social CID - Crianças, 2011, p. 104)

2.4 – Alguns estudos sobre o desenvolvimento de competências para a vida adulta de jovens em contexto de acolhimento residencial

Um estudo realizado por Barth (1990) com jovens ex-institucionalizados referiram que o período pós-institucionalização foi alvo de “graves carências económicas, como não terem dinheiro para comprar comida e pagar contas (...) 33% dos participantes admitiu ter feito algo ilegal para conseguir dinheiro, designadamente viver num carro, roubar comida, prostituir-se e vender drogas e cerca de um quarto dos entrevistados referiram ter dificuldades em compreender o descritivo das contas que têm para pagar” (Barth, 1990, citado em Fernandes, 2010, p.12).

É preocupantes as consequências da ausência de suporte durante a transição para a vida adulta, bem como “as consequências do défice no desenvolvimento de aptidões sociais em fases da vida das pessoas, reconhecendo que podem comprometer fases posteriores do ciclo vital” (Silva, 2004, p.61). Como se verificou no estudo supracitado, os jovens saíram da instituição sem uma preparação prévia, carência de conhecimentos gerais que levaram ao início da precariedade.

A saída da instituição sem uma preparação prévia poderá comprometer de forma negativa o futuro dos jovens, pois muitos são os riscos e os perigos que poderão surgir aos jovens quando “confrontados com o mundo, munidos dos seus recursos pessoais e sociais, muitos dos jovens acabam por engrossar a população socialmente excluída, muitas vezes com problemas de falta de habitação, de toxicodependência ou de delinquência” (Gomes, 2010, p.23).

No entendimento dos autores Dias, Cruz, & Danish (2001,) o futuro é uma fase da vida muito importante para os jovens, contudo a forma como se vive o futuro é fundamental para o bem-estar pessoal, social dos jovens, salientado que aqueles “que não tiverem expectativas

futuras positivas têm maior probabilidade de se envolverem em comportamentos de risco” (p.159). Por outras palavras, os jovens que têm expectativas negativas em relação ao seu futuro são mais propícios a desenvolver comportamentos desviantes, contrariamente, os jovens com expectativas futuras positivas apresentam uma visão mais segura e confiante, quer a nível de valorização pessoal, quer ao nível de integração na sociedade.

Da mesma forma, a população que cresce em contexto institucional e posteriormente é forçada a sair, devido à maioridade, são jovens que frequentemente temem o seu futuro e a transição para a vida adulta. Por vezes, a saída da instituição e a transição para a vida independente é vivida com representações negativas e com sentimentos de insegurança. Na tentativa de colmatar e prevenir estes sintomas, torna-se pertinente investir na promoção e no desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens, potenciando simultaneamente a sua componente relacional/afetiva.

Se tivermos em conta que a competência é “a capacidade aprendida, adquirida através de treinamento ou experiência, que produz um efeito que preenche as necessidades de uma situação de vida” (Mcfall, 1976, cit. em Silva, 2004, p.63), alguns autores, nomeadamente, um estudo de Sloutsky (1997, cit. In Ribeiro, 2008), verificou que o desenvolvimento de competências pessoais e sociais apresenta-se como limitado e reduzido no âmbito do acolhimento institucional, constituindo-se como “um impacto nefasto no desenvolvimento cognitivo das crianças, afetando de forma negativa as suas aquisições cognitivas e o seu processo de desenvolvimento” (p.9). Assim, e como já referimos, o desenvolvimento de competências pessoais e sociais encontra-se em vários estudos, associado ao risco de desajustamento do adolescente, na medida em que quanto maior for o desenvolvimento de competências menor será o risco de desenvolver comportamentos desajustados.

É certo que estas crianças e jovens carecem de uma intervenção eficaz e reparadora, existindo fatores na instituição de acolhimento que fomentam essa intervenção, tais como, um ambiente estável e familiar, a criação de rotinas e rituais na instituição, a promoção de um ambiente educacional com a transmissão de valores e atitudes por parte dos técnicos e os cuidados diários com as crianças e jovens. É no decorrer do quotidiano institucional que vão surgindo tarefas de rotina que “são uma excelente oportunidade para que os técnicos promovam a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais na criança e jovem” (ISS, 2007, p. 220).

Deste modo, o processo de autonomia de jovens institucionalizados deve ser realizado de forma gradual, e manter em perspetiva que a individualidade de cada um, procurando que este seja responsabilizado e empoderado a tomar as suas próprias decisões, desenvolvendo assim não só as suas competências pessoais como sociais. Um dos aspetos que pode ajudar na preparação para a autonomização é a criação de oportunidades para que o jovem participe em atividades que ocorram fora das instituições. De acordo com um estudo realizado por Gomes & Marques (2013, citado em Dias, et. al., 2012, p.37) os jovens que integraram um programa de treino de competências têm maior tendência para desenvolver comportamentos positivos e saudáveis, bem como têm um “maior domínio das diferentes competências de vida, demonstrando uma maior satisfação com a vida e uma maior tendência para o otimismo”.

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

A segunda parte, referente ao estudo empírico, pretende em um primeiro capítulo efetuar a apresentação do estudo, define-se o problema de investigação, os objetivos gerais e específicos e a metodologia utilizada, os instrumentos de recolha e análise dos dados, os procedimentos éticos prévios, essenciais em todo o processo metodológico, antes e durante o trabalho empírico. O segundo capítulo desta segunda parte apresenta os resultados e a análise da investigação.

Capítulo 3 - Apresentação do estudo

3.1. Definição do Problema de Investigação

O tema proposto na investigação refere-se ao processo de autonomização que se inicia na fase da adolescência, no entanto, não existe uma idade exata para o início desta etapa de vida. Deste modo, esta fase pode ser definida como “a transição no desenvolvimento entre a infância e a idade adulta que envolve grandes mudanças físicas, cognitivas e psicossociais” (Papalia, Olds, & Feldman, 2006, p. 440). Sendo uma etapa que antecede a fase de adulto, é necessário ensinar os jovens a desenvolverem competências e capacidades que são fundamentais no seu dia-a-dia.

A área do acolhimento residencial suscita-me particular interesse, já que após um estágio profissional na área e, posterior, entrada numa equipa educativa numa casa de acolhimento, permitiu-me estar em contato com a população-alvo desta investigação no seu dia-a-dia. O tema da autonomia é um conceito pertinente que se tem mostrado um verdadeiro desafio nas Casas de Acolhimento. Razão essa que a mesma decidiu ser como tema principal nesta investigação, inseridos as unidades de apoio à promoção de autonomia pois ainda é uma resposta recente e pouco abordada.

Aliando a breve experiência prática e ao aprofundamento teórico do tema foram várias as inquietações que surgiram sobre o acolhimento residencial, acerca do processo de autonomização, ao trabalho desenvolvido com as crianças/jovens e a relação entre profissionais e crianças/jovens.

Neste estudo, a questão de partida da investigação é: Qual a perceção dos profissionais e dos jovens sobre as competências adquiridas (e em desenvolvimento) no processo de autonomização e sua importância para o futuro?

3.2. Objetivos de Investigação

Para a realização desta investigação foi necessário estabelecer algumas metas e objetivos para que a concretização seja feita com sucesso. É essencial estabelecer objetivos gerais e objetivos específicos. Segundo Fortin (2009), “o objetivo é o enunciado que indica claramente o que o investigador tem intenção de fazer no decurso do estudo” (p.40).

Os objetivos gerais desta investigação são:

1. Compreender a percepção dos profissionais e dos jovens sobre as competências adquiridas (e em desenvolvimento) no processo de autonomização
2. Analisar a importância que os profissionais e os jovens dão a aquisição de competências para a autonomização.

Estabeleceu-se, ainda, um conjunto de objetivos específicos:

- a) Caracterizar dos profissionais e jovens que integram o estudo;
- b) Compreender a percepção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível cognitivo desenvolvidas no Processo de autonomização;
- c) Compreender a percepção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível emocional desenvolvidas no Processo de autonomização;
- d) Compreender a percepção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível funcional desenvolvidas no Processo de autonomização;
- e) Entender do ponto de vista do jovem e da equipa técnica, o impacto que as Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia para o processo de autonomização;
- f) Compreender o papel do projeto de vida dos jovens institucionalizados e o seu entendimento pelos jovens e equipa técnica;
- g) Identificar, do ponto de vista da equipa técnica e dos jovens, quais as competências que mais dificuldades/limites apresentam;

3.3. Metodologia

Neste capítulo será apresentada a metodologia do trabalho, no que toca ao desenho da investigação, aos participantes e à técnica de recolha de dados utilizada e o procedimento que foi delineado.

Os paradigmas de investigação constituem o sistema de pressupostos e valores que guiam a pesquisa, determinando as várias opções que o investigador terá de tomar no caminho que o conduzirá rumo às “respostas” ao “problema/questão” a investigar (ou seja, ao “conhecimento”); tomando as palavras de Crotty (1998) “os paradigmas são o referencial filosófico que informa a metodologia do investigador” (p.3).

A presente investigação de cariz descritivo utilizou uma metodologia mista.

Delineado a definição do problema de investigação e selecionados os objetivos, o passo seguinte no processo da investigação tem a ver com a recolha de dados, que instrumentos vão ser utilizados, questões fundamentais das quais depende a qualidade científica dos resultados e das conclusões do estudo (Almeida & Freire, 1997; Black, 1999).

Para esta investigação foi escolhido o procedimento dos questionários, em que se assemelham às entrevistas, mas por dispensarem a presença do entrevistador são autoadministrados (Ghiglione & Matalon, 1997); tomam quase sempre a forma de formulários impressos que podem ser enviados por correio (para grandes populações), entregues em mão (para amostras mais pequenas) ou por email (questionários eletrónicos) (Charles, 1998). Passíveis de aplicação a variadíssimas situações e contextos de investigação, não impõem as restrições referidas para as entrevistas, estando assim explicada a sua enorme popularidade na pesquisa em CSH (Moreira, 2004). Comparativamente com a entrevista o questionário é mais amplo no alcance, mas mais impessoal em natureza: implica menores custos médios, mas não fornece a riqueza de pormenores de uma entrevista nem a certeza de obtenção de 100% de índice de retorno (Mason & Bramble, 1997). As técnicas de recolhas de dados em que a informação é obtida inquirindo os sujeitos podem ser agrupadas sob a designação geral de técnicas de inquirição ou inquérito (Ghiglione & Matalon, 1997).

O questionário, elaborado a partir dos objetivos da investigação, integravam três partes: Caracterização sociodemográfica; Competências fundamentais a desenvolver e adquiridas; Impacto/ importância das competências para o Projeto de Vida futuro;

A 1ª parte do questionário pretendia responder ao objetivo específico a) Caracterizar dos profissionais e jovens que integram o estudo. A segunda parte aos objetivos específicos, b) Compreender a perceção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível cognitivo desenvolvidas no Processo de autonomização; c) Compreender a perceção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível emocional desenvolvidas no Processo de autonomização e d) Compreender a perceção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível funcional desenvolvidas no Processo de autonomização; A terceira e última parte corresponde aos objetivos: e) Entender do ponto de vista do jovem e da equipa técnica, o impacto que as Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia para o processo de autonomização; f) Compreender o papel do projeto de vida dos jovens institucionalizados e o seu entendimento

pelos jovens e equipa técnica; g) Identificar, do ponto de vista da equipa técnica e dos jovens, quais as competências que mais dificuldades/limites apresentam;

O questionário da equipa técnica e dos jovens possuía 23 questões, 6 questões fechadas e 17 questões abertas.

Os mesmos foram enviados por correio eletrónico e feitos e respondidos na Plataforma Google Forms entre janeiro e fevereiro de 2024.

Para a análise dos questionários englobou uma abordagem mista, sendo que as questões fechadas e de escolha múltipla foram analisadas a partir de estatística descritiva. Nas questões abertas e de elaboração efetuou-se uma análise categorial de forma a encontrar as categorias presentes nas diferentes respostas.

3.5. Modelo de análise

O modelo de análise que serviu de guia para a presente investigação foi o seguinte:

Qual a percepção, dos profissionais e dos jovens sobre as competências adquiridas (e em desenvolvimento) no processo de autonomização e sua importância para o futuro?		
Objetivos gerais:		
Compreender a percepção dos profissionais e dos jovens sobre as competências adquiridas (e em desenvolvimento) no processo de autonomização.	Analisar a importância que os profissionais e os jovens dão à aquisição de competências para a autonomização.	
Dimensões de análise:		
1º) Caracterização da população participante	2ª) competências a desenvolver e adquiridas;	3ª) impacto/ importância das competências para o Projeto de Vida futuro
Objetivos específicos:		
Caracterização dos profissionais e jovens que integram o estudo;	Compreender a percepção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível cognitivo desenvolvidas no Processo de autonomização;	Entender do ponto de vista do jovem e da equipa técnica, o impacto que as Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia

	Compreender a perceção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível emocional desenvolvidas no Processo de autonomização; Compreender a perceção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível funcional desenvolvidas no Processo de autonomização; Identificar, do ponto de vista da equipa técnica e dos jovens, quais as competências que mais dificuldades/limites apresentam;	têm para o processo de autonomização; Compreender o papel do projeto de vida dos jovens institucionalizados e o seu entendimento pelos jovens e equipa técnica;
Autores de Referência:		
	Para a definição das competências: Barth (1990) Dias, Cruz, & Danish (2001,) Gomes & Marques (2013)	Para a importância das competências no projeto vida: Calheiros (2013) Sousa, 2015 Gomes (2010)
População destinatária:		
Equipa técnica e jovens das unidades de apoio de promoção de autonomia dos jovens do concelho de Lisboa.		
Metodologia:		
Descritiva de cariz mista.		
Instrumentos recolha de dados:		
Questionário de autoaplicação.		
Análise dos dados:		
Análise estatística simples	Análise estatística simples Análise categorial	Análise estatística simples Análise categorial

3.6. Procedimento e cuidados éticos

De forma a ser conseguido o desenho delineado para a metodologia deste presente trabalho, o estudo teve em conta determinados procedimentos éticos prévios, essenciais em todo o processo metodológico, antes e durante o trabalho empírico. Assim, foi apresentado a proposta de investigação ao Conselho Científico do Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona de Lisboa e após a aprovação do mesmo foram realizados cerca de 14 contactos via email, telefone e através das redes sociais/informáticas. Foi conseguida resposta positiva por parte de 26 jovens e 3 profissionais de apartamentos de autonomia e foi enviado o termo de consentimento informado, o projeto de investigação e a declaração da investigação. (Ver apêndice I).

Os contactos iniciaram-se entre abril a junho de 2023. Foi garantida a confidencialidade e anonimato das informações pessoais. Foi transmitida formalmente toda a informação da investigação. Ao participarem no estudo e ao responderem e submeter o questionário era assumido e consentido, de forma, informada, que os especialistas estavam a dar o seu consentimento informado, de modo a ficar formalizada a sua participação. (ver apêndice III)

Em janeiro de 2024 a investigadora, como ainda não tinha todas as respostas reunidas, decidiu fazer uma nova ronda de contactos via e-mail, finalizando o período de respostas em abril de 2024, concluindo-se o estudo com 26 respostas submetidas por partes dos jovens e de 3 respostas enviadas pelos profissionais dos apartamentos de autonomia.

As respostas foram dadas através da plataforma Google Forms, para o qual foi enviado um link nos e-mails de contactos em ambas as rondas.

Capítulo 4. Apresentação dos Resultados da Investigação

4.1. Apresentação dados

Este capítulo é apresentado os resultados obtidos, para que se consiga compreender e dar resposta à questão de partida: “Qual a perceção dos jovens e equipa técnica sobre o impacto das Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia para o processo de autonomização dos jovens?”

No âmbito da amostra da investigação, que corresponde á primeira seção dos questionários, foi feita a caracterização sociodemográfica dos jovens e dos profissionais. Salientado que obtivemos 26 respostas dos jovens, com idades compreendidas entres os 16 e os 22 anos, em relação ao género 17 jovens correspondem ao sexo masculino, 8 ao sexo feminino e 1 ao género não binário. Em relação aos profissionais, das 3 respostas obtidas às idades correspondem a 26, 31 e 54 anos e são ambos do sexo feminino.

Os questionários foram aplicados a vinte e seis jovens com idades compreendidas entre os 16 e 22 anos de idade e a três profissionais das UAPA, procurando analisar e levantar quais as necessidades referentes ao processo de autonomia nas UAPA.

Atualmente e após a pesquisa na Carta Social dos equipamentos existentes foi possível encontrar 40 UAPA na região de Lisboa. Nos meios que foram possíveis, num universo de 40 UAPA, a amostra é de 26 jovens residentes nas UAPA e de 3 profissionais, integrantes á equipa técnica das UAPA.

Dos 26 jovens residentes em UAPA, que fizeram parte da amostra, 17 (65,4%) são do género masculino, 8 (30,8%) são do género feminino e 1 (3,8%) é do género não binário. No que toca aos 3 profissionais, são todos do género feminino, como é possível observar na Figura 1 e 2.

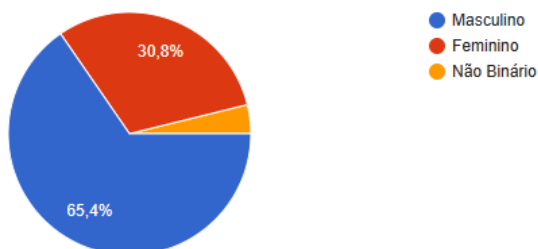


Gráfico 1 - Género dos Jovens Residentes em UAPA

Fonte: Google Forms (2024)

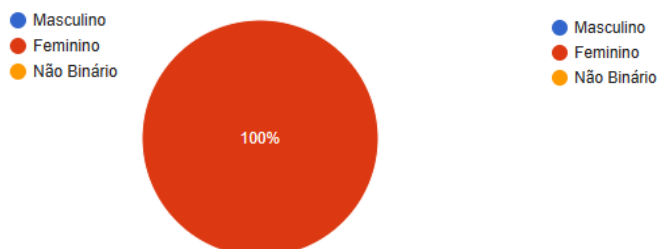


Gráfico 2 - Género dos Profissionais das UAPA

Fonte: Google Forms (2024)

No que diz respeito à distribuição etária da amostra nos jovens, varia entre os 16 e os 22 anos, sendo que, num segundo plano é mais acentuada nos 18 e 21 anos, cerca de 23,1%. Em relação aos profissionais tem idades compreendidas entre os 26, 54 e 31 anos (ver gráfico 3 e 4).

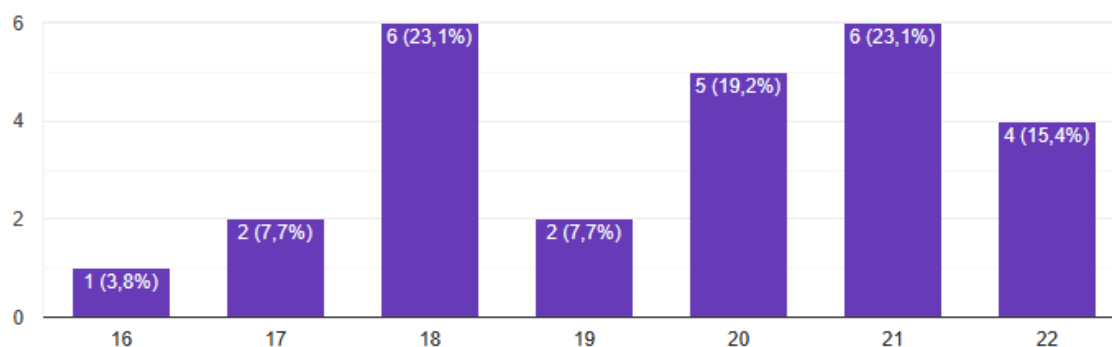


Gráfico 3 – Anos de Experiência dos profissionais nos apartamentos de autonomia

Fonte: Google Forms (2024)

Idade:

3 respostas



Gráfico 4 – Distribuição etária dos Profissionais das UAPA

Fonte: Google Forms (2024)

1 está a frequentar o 6ºano (3,8%), 1 respondeu que está a tirar 8ºano (3,8%), 3 frequentam o 9ºano (11,4%), 1 está a tirar o 2º ano CTeSP (3,8%), 3 responderam que estão no 10ºano (11,4%), 1 está no 11ºano (3,8%), 10 (38,4%) estão no 12ºano e 5 jovens estão no ensino superior, 2 a tirar uma licenciatura (7,7%), 1 no 1º ano da faculdade (3,8%), 2 responderam que estavam no ensino superior (7,6%). Sendo o 12ºano que predomina as habilitações literários dos jovens. (ver gráfico 5)

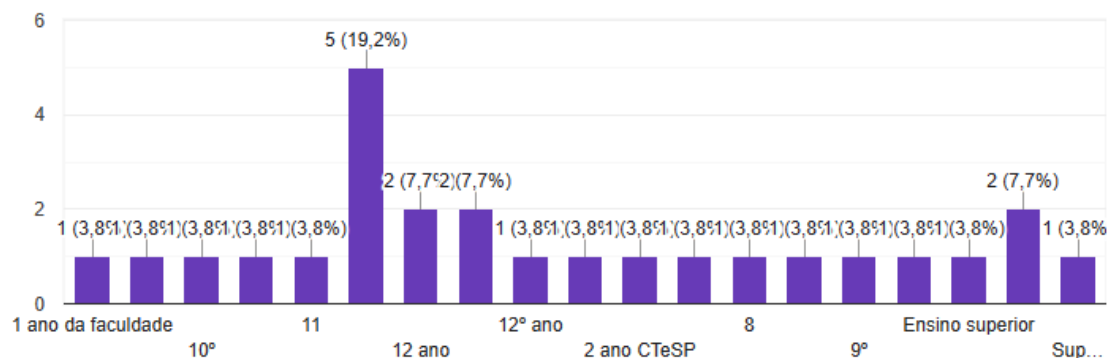


Gráfico 5 – Habilitações Literárias dos jovens

Fonte: Google Forms (2024)

Quanto ao tempo em que os jovens estão nos apartamentos de autonomia, a sua grande maioria respondeu 2 e 3 anos (30,8%). De seguida 1 ano (7,7%) e 6 meses (7,7%). (ver gráfico 6)

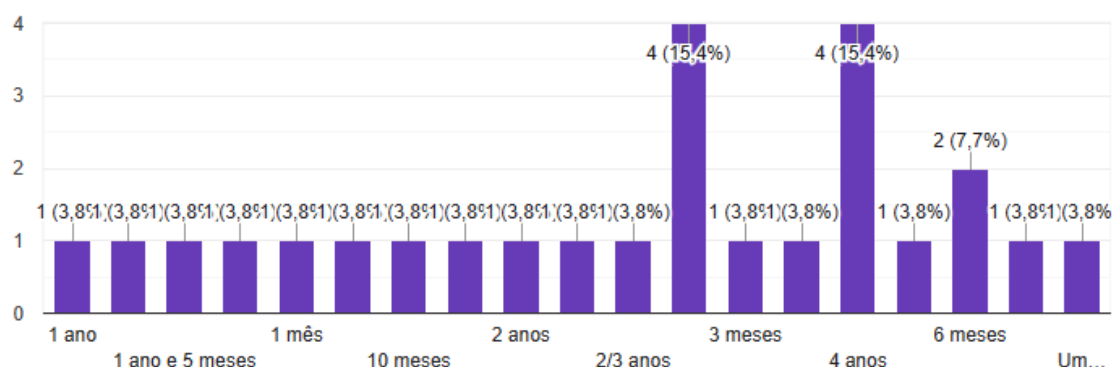


Gráfico 6 – Tempo de residência no apartamento de autonomia

Fonte: Google Forms (2024)

No que toca ao número de anos em que os profissionais desenvolvem a intervenção na área das crianças e jovens em risco, predominantemente nos apartamentos de autonomia, 1 profissional á 5 anos, outro á 25 anos e o último á 2 anos e 7 meses. (ver gráfico 7)

Quanto tempo trabalho com jovens em perigo:

3 respostas

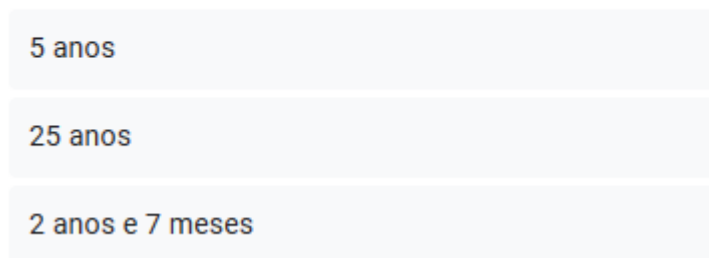


Gráfico 7 – Anos de Experiência dos profissionais nos apartamentos de autonomia

Fonte: Google Forms (2024)

Passamos assim para a segunda dimensão que pretende analisar as competências desenvolvidas no processo de autonomia. Foram escolhidas algumas competências, com base nos autores, Noom, Dekovic e Meeus (2001) tais como: a competência ao nível cognitivo, que é associado á realização de escolhas e definição de objetivos; ao nível emocional que se refere ao processo afetivo em sentir-se confiante acerca das suas escolhas e objetivos; e ao nível funcional em que consiste num processo regulatório de desenvolver estratégias com vista ao alcance dos objetivos definidos.

Para analisar a 1ª pergunta da 2ª seção do questionário: “Quais as competências que achas que deves ter para o teu futuro?”. Criou-se uma tabela para uma melhor perceção e dividiram-se as respostas dos jovens em categorias: Serviços, Gestão Financeira, Gerir emoções, Vida profissional, Tarefas domésticas, Autonomia e Literacia com base no nas respostas dadas e na classificação do modelo integrado de Noom, Dekovic e Meeus (2001). Realça-se que a categoria da Autonomia e da Gestão financeira foi a que obteve mais respostas dos jovens. (ver apêndice VIII)

Sistematizando as respostas dos jovens, na categoria dos serviços obtivemos 3 respostas, dando o exemplo de duas das respostas: “*Ser capaz de utilizar os serviços*”; *ir às consultas de MGF sozinho*”. Na categoria da gestão financeira, 11 jovens mencionaram esta categoria nas suas respostas, expomos algumas das respostas dadas: “*Saber gerir dinheiro, saber pagar contas; responsabilidade financeira;*” No que toca à categoria das Emoções, os jovens apresentaram 4 respostas acerca desta categoria, mencionando algumas das respostas dadas: “*Saber gerir as minhas emoções; Melhor gestão de emoções;*” A próxima categoria mencionada é acerca da vida profissional, onde se contabilizaram 5 respostas, tais como:

“Preparação para o mercado de trabalho; Ter a minha formação concluída; Aprender a estudar;” A seguinte categoria é em relação às tarefas domésticas, onde obtivemos 16 respostas acerca desta temática tais como: *“Autonomia; Maior organização; Organizar a minha vida; Fazer tudo de forma organizada e correta; Ter a capacidade de me organizar; Facilidade em tomar decisões;”*

Por último houve a necessidade de criar uma categoria acerca da literacia, pois tivemos três respostas sobre aprender português e saber mais acerca da cultura portuguesa.

A segunda pergunta do questionário dirigidos aos jovens é “Quais são as competências que achas que possuis e são importantes para a tua autonomia e que não possuis e que são importantes para a tua autonomia?”. Para uma melhor perceção e análise das respostas dadas foi criada uma tabela onde estão representadas de um lado as competências que o jovem já adquiriu e do outro lado as competências que o jovem ainda não adquiriu. (Ver apêndice IX)

No que toca às competências adquiridas a maioria das respostas foram acerca das tarefas domésticas, como limpar a casa, cozinhar e fazer as compras quantas. Por outro lado, ouve duas respostas acerca da empatia, aprender a lidar com o outro, *“Tratar da casa, ir às compras; saber cozinhar razoavelmente, ir para a escola, ir ao medico”*.

Em relação às competências por adquirir, a maioria das respostas focam-se na questão da autonomia, dando exemplo de umas das respostas: *“Sinto que ainda não sei organizar-me bem e ainda tenho dificuldades em conciliar as tarefas da escola e de casa;”*

A terceira questão, pertencente à 2º seção do questionário é relacionada com o modelo integrado de Noom, Dekovic e Meeus (2001), onde a autonomia é comporta por três dimensões: Cognitiva, Emocional e Funcional. Foram escolhidas estas três dimensões para compreender algumas competências nestas áreas.

A competência ao nível cognitivo refere-se á importância da realização de escolhas e definição de objetivos. Foram escolhidas quatro questões acerca desta dimensão:

1.1 – Noto que tenho dificuldades em decidir o que quero?

26 respostas

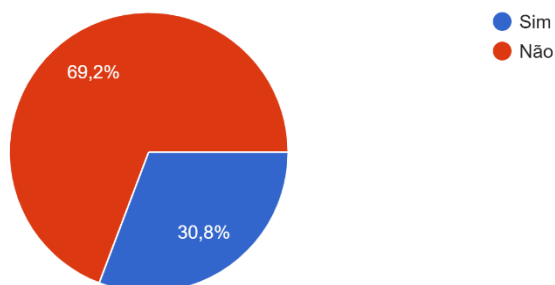


Gráfico 8 – Nível Cognitivo 1ª pergunta

Fonte Google Forms

Das 26 respostas obtidas 18 (69,2%) jovens responderam que não e 8 (30,8%) jovens responderam que sim. (ver gráfico 8)

1.2 – Quando me perguntam o que quero, sei imediatamente o que responder?

26 respostas

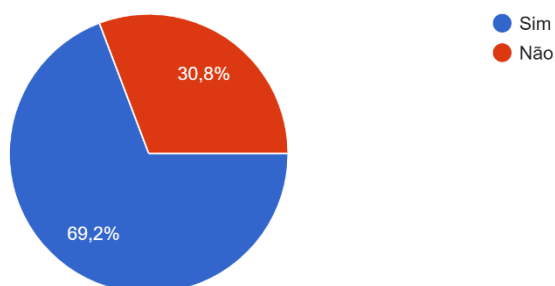


Gráfico 9 – Nível Cognitivo 2ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Em relação á segunda questão do nível cognitivo, 18 (69,2%) jovens responderam que sim e 8 jovens (30,8%) respondeu que não. (ver gráfico 9)

1.3 – Consigo fazer uma escolha facilmente?

26 respostas

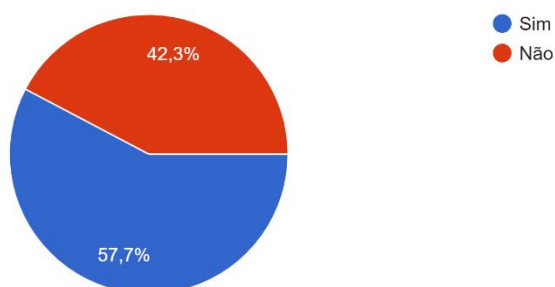


Gráfico 10 – Nível Cognitivo 3ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

No que representa aos dados obtidos na terceira questão do nível cognitivo, 15 jovens (57,7%) responderam que sim e 11 jovens (42,3%) responderam que não. (ver gráfico 10)

Achas que estás a desenvolver esta competência na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens?

26 respostas

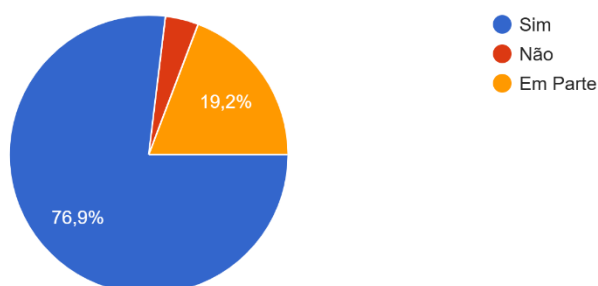


Gráfico 11 – Nível Cognitivo 4ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Na quarta questão do nível cognitivo, 20 (76,9%) dos jovens responderam que sim à questão, 5 (19,2%) responderam em parte e 1 (3,8%) jovem respondeu que não á questão. (ver gráfico 11)

Esta dimensão representa a toma de decisões ou a capacidade de regular o próprio comportamento, é com esta dimensão que o jovem assume a responsabilidade pelos seus atos e rege o seu comportamento de acordo com os seus objetivos de vida. Dos 26 jovens inqueridos, 20 responderam afirmativamente que conseguiram adquirir esta competência com a ajuda das unidades de apoio e promoção da autonomia. Segundo Soenens (2007) a autonomia cognitiva

ainda é descrita como uma capacidade consciente de tomar decisões em direção a um fim. Com este estudo conseguiu-se compreender que na maioria da opinião dos jovens vai ao encontro da opinião dos autores, pois 76,9% dos jovens conseguiu adquirir esta competência.

No que toca as competências emocionais, realça-se a importância dos sentimentos, sentimentos de segurança, em sentido estrito, nas suas crenças e valores pessoais. Assim como nas suas convicções morais e políticas. As relações estabelecidas com os outros e a gestão da individualidade. Foram escolhidas quatro questões acerca desta dimensão:

2.1 – Tenho uma forte tendência para ceder aos desejos dos outros?
26 respostas

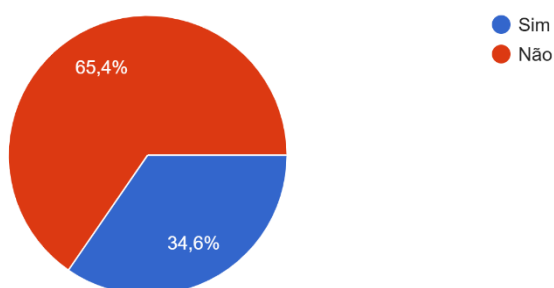


Gráfico 12 – Nível Emocional 1ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Das 26 respostas obtidas, 17 (65,4%) jovens responderam que não e 9 (34,6%) jovens responderam que sim. (ver gráfico 12)

2.2 – Mudo frequentemente de opinião depois de ouvir as outras pessoas?
26 respostas

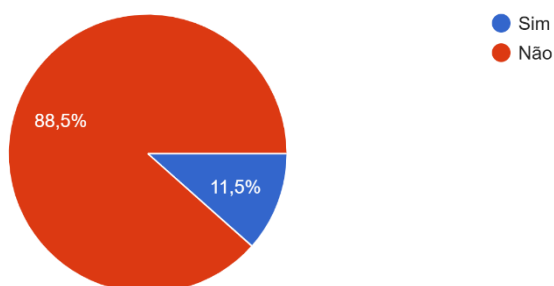


Gráfico 13 – Nível Emocional 2ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

No que toca á segunda questão do nível emocional, 23 (88,5%) jovens responderam que não e 3 (11,5%) jovens responderam que sim. (ver gráfico 13)

2.3 – Concordo muitas vezes com os outros, mesmo que não tenha a certeza?

26 respostas

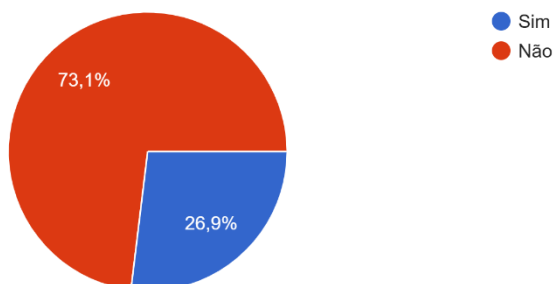


Gráfico 14 – Nível Emocional 3ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Á terceira questão do nível emocional, 19 (73,1%) jovens responderam que não e 7 (26,9%) responderam que sim. (ver gráfico 14)

Achas que estás a desenvolver esta competência na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens?

26 respostas

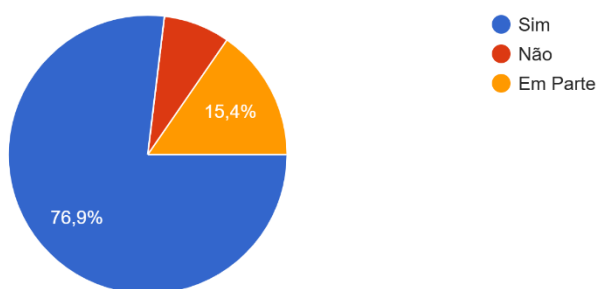


Gráfico 15 – Nível Emocional 4ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

A última questão da dimensão emocional, 20 (76,9%) jovens responderam que sim, 4 (15,4%) jovens responderam em parte e 2 (7,7%) jovens responderam que não. (ver gráfico 15)

Por último são as competências ao nível funcional em que se refere ao processo regulatório de desenvolver estratégias com vista ao alcance dos objetivos definidos. Realça-se para esta competência a importância da gestão do quotidiano, como a higiene, alimentação, mobilidade, habitação, cidadania e uso das tecnologias de informação. Foram escolhidas quatro questões:

3.1 – Sinto-me rapidamente à vontade numa situação nova?

26 respostas

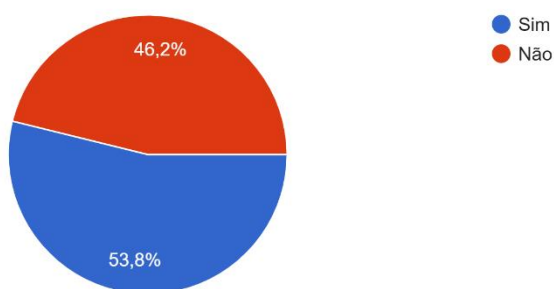


Gráfico 16 – Nível Funcional 1ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

No que toca à primeira questão da dimensão ao nível funcional, 14 (53,8%) jovens responderam que sim e 12 (46,2%) jovens responderam que não. (ver gráfico 16)

3.2 – Muitas vezes hesito em relação ao que fazer?

26 respostas

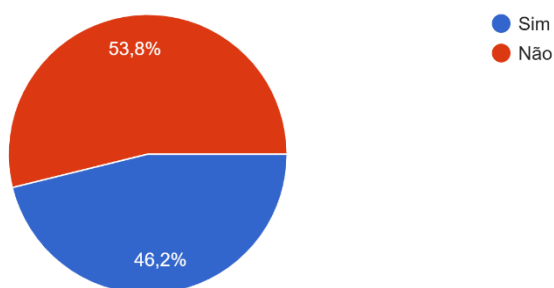


Gráfico 17 – Nível Funcional 2ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

A segunda questão do nível funcional, 14 (53,8%) jovens respondeu que não e 12 (46,2%) jovens responderam que sim. (ver gráfico 17)

3.3 – Vou direto aos meus objetivos?

26 respostas

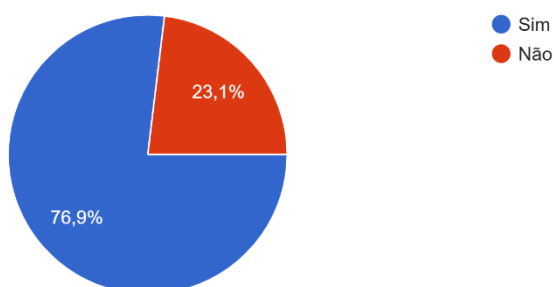


Gráfico 18 – Nível Funcional 1ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Ao que representa a terceira questão do nível funcional, 20 (76,9%) jovens responderam que sim e 6 (23,1%) jovens referiram que não. (ver gráfico 18)

Achas que estás a desenvolver esta competência na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens?

26 respostas

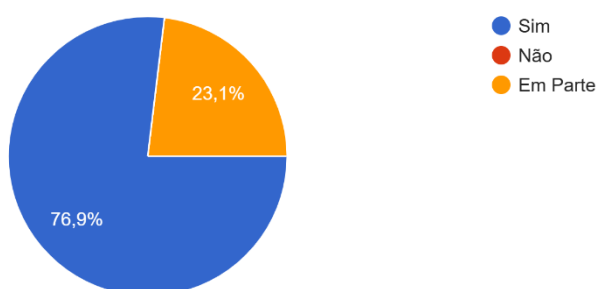


Gráfico 19 – Nível Funcional 1ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

A última questão do nível funcional, 20 (76,9%) jovens referiram que sim e 6 (23,1%) jovens responderam em parte.

Por último, passamos á terceira e última parte do questionário aplicado aos jovens que consiste em entender qual é o Impacto que as Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens tem no desenvolvimento e concretização do seu processo de autonomização. As questões apresentadas aos jovens focaram-se na importância que as UAPA têm no desenvolvimento da autonomia para o futuro, acerca dos seus projetos de vida e por último a opinião dos jovens acerca de atividades que poderiam ser feitas e que fossem importantes para todo este processo de autonomia.

Começamos por apresentar o resultado da primeira questão, da última parte do questionário, foi feita a seguinte questão: “Achas que o apartamento de autonomia está a ser importante para a tua futura autonomia? Explica a tua resposta.” Em relação às respostas dadas, todos os jovens responderam afirmativamente, realçando uma das respostas: “Diria que sim, os educadores estão muito preparados para falar comigo abertamente sobre as minhas dificuldades e preocupações. Embora os maiores obstáculos sejam difíceis de ultrapassar, sinto que vou conseguindo dar pequenos passos para os ultrapassar ao longo do tempo.”

A segunda questão da terceira seção do questionário é acerca do projeto de vida contruído em conjunto com o jovem e com a equipa técnica.

2. Conheces o teu projeto de vida construído com a equipa técnica?
26 respostas

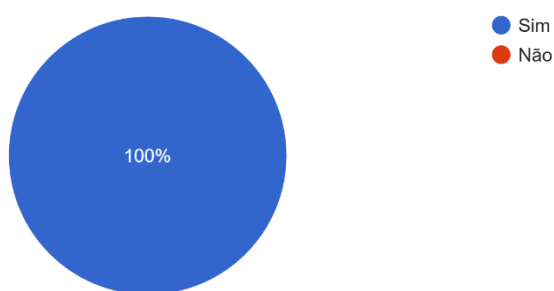


Gráfico 20 – Projeto de Vida contruído com a equipa técnica

Fonte: Google Forms (2024)

Todos os jovens responderam que conhecem o seu projeto de vida construído com a equipa técnica. (Ver gráfico 20)

A terceira questão corresponde á adequação do projeto de vida de cada jovem.

3. Consideras que esse projeto de vida é adequado para ti?

26 respostas

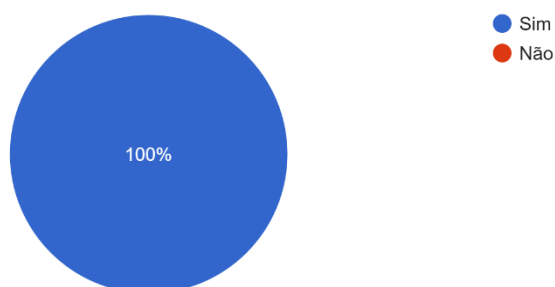


Gráfico 21 – Projeto de Vida adequado

Fonte: Google Forms (2024)

Todos os jovens consideraram o seu projeto de vida adequado para si e para as suas necessidades. (Ver gráfico 21)

A última questão do questionário corresponde á opinião do jovem acerca de se fazer mais atividades que apoiassem o seu processo de autonomização. Em relação às respostas a maioria dos jovens referiu que está tudo a correr bem assim, houve também algumas respostas que pediam mais atividades, dando o exemplo de atividades extracurriculares e mais conselhos acerca da vida futura.

Faremos então de seguida a apresentação dos resultados óbitos pelas 3 profissionais dos apartamentos de autonomia. A 1º secção é transversal aos dois questionários, que corresponde ao 1º objetivo da investigação que é a caracterização sociodemográfica e profissional do elemento da equipa técnica que já foi proferido anteriormente. Passamos assim á 2º secção que pertence ao 2º objetivo da investigação que é as competências desenvolvidas no processo de autonomização dos jovens.

A primeira questão desta secção corresponde às competências desenvolvidas pela autonomia cognitiva dos jovens, esta questão está divida em 4 sub-questões. Na primeira sub-questão, foi pedido que dessem alguns exemplos práticos no que corresponde a esta autonomia, obteve-se as seguintes respostas: *“Tomada de decisão; reflexão sobre as próprias capacidades; criação autónoma de rotinas; definição de prioridades; Desenvolvimento de sentimento de confiança. Reforço da crença na capacidade de controlo sobre a vida. reforço da capacidade*

de tomada de decisão sem depender excessivamente da validação externa; Tomada de decisão;”

A primeira sub-questão é acerca das dificuldades que os jovens têm em decidirem o que querem e trata-se de uma resposta de escolha múltipla.

1.1 – Sente que os jovens têm bastantes dificuldades em decidirem o que querem?

3 respostas

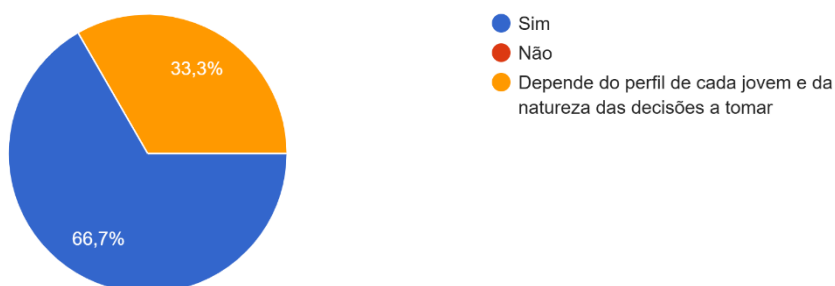


Gráfico 22 – Autonomia Cognitiva – 1ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Duas profissionais (66,7%) responderam que sim e uma profissional (33,3%) assinalou outra opção em que justificou dizendo que depende do perfil de cada jovem e da natureza das decisões a tomar. De seguida foi pedido para justificar a opção dada e cada profissional respondeu o seguinte: *“Baixa autoestima; constante variação de opiniões e gostos; “excesso” de alternativas/respostas disponíveis; desconhecimento das alternativas; Depende do perfil de cada jovem e da natureza das decisões a tomar; São jovens inseguros”*.

A segunda sub-questão procura saber se os jovens sabem responder ao que querem de imediato.

1.2 – Quando são questionados acerca do que querem, conseguem de imediato responder?

3 respostas

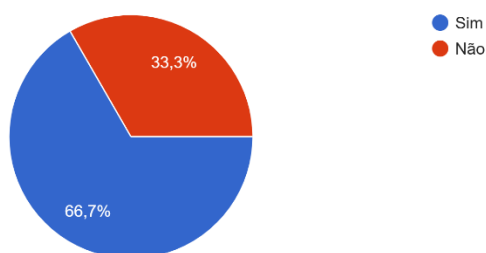


Gráfico 23 – Autonomia Cognitiva – 2º pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Duas profissionais (66,7%) responderam que sim e uma profissional (33,3%) respondeu que não. Foi pedido para justificarem as opções dadas e obteve-se as seguintes respostas: *“Dificuldade de projeção no futuro; inseguranças; medo do desconhecido; receio de errar; Na maioria das vezes sim, mas uma vez mais, depende do perfil de cada jovem (maturidade, história de vida....); A primeira coisa que querem é ser mães”*

A terceira sub-questão questiona se os jovens conseguem fazer uma escolha facilmente.

1.3 – Conseguem fazer uma escolha facilmente?
3 respostas

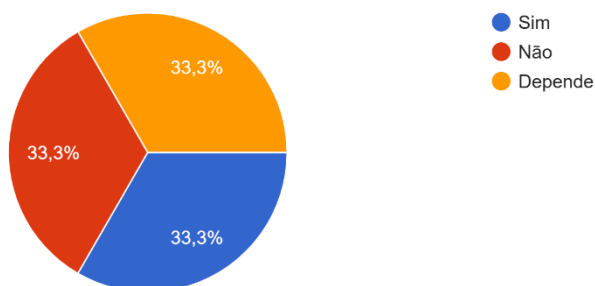


Gráfico 24 – Autonomia Cognitiva – 3ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Nesta questão houve alguma discordância por parte das profissionais, pois ambas assinalaram opções diferentes. Foi pedido para justificarem a opção assinalada e obtivemos as seguintes respostas: *“Necessidade de tempo para pensar, muitas vezes por desconhecimento das implicações das escolhas; Na maioria das vezes si, no entanto, depende do perfil de cada jovem e da natureza das decisões a tomar; Mas nem sempre é a mais adequada;”*

A última sub-questão desta pergunta é se as profissionais acham que esta competência foi desenvolvida pelos jovens.

Acha que esta competência é desenvolvida pelos jovens na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens?

3 respostas

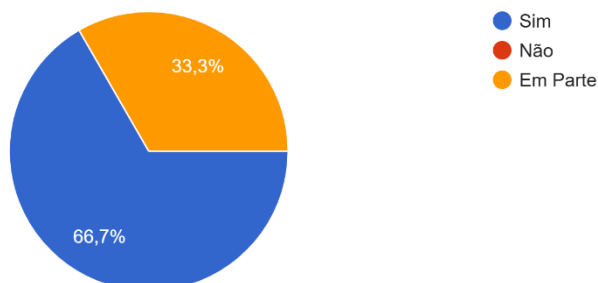


Gráfico 25 – Autonomia Cognitiva – 4ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Em relação às opções assinaladas, duas profissionais (66,7%) responderam que sim e uma respondeu (33,3%) que em parte.

A primeira sub-questão procura saber se as profissionais consideram que os jovens têm uma forte tendência para ceder aos desejos dos outros.

A segunda questão desta secção corresponde às competências desenvolvidas pela autonomia emocional dos jovens, esta questão está dividida em 4 sub-questões. Na primeira sub-questão, foi pedido que dessem alguns exemplos práticos no que corresponde a esta autonomia, obteve-se as seguintes respostas: *“Análise do eu/autoconhecimento (defeitos, qualidades, competências, talentos, interesses); motivação, esperança e não desistência; discussão aberta de preocupações, medos e incertezas; Reforço de competências que estimulem os jovens a estabelecer valores pessoais e que consigam definir objetivos a alcançar de forma intrínseca, ou seja, de forma independente face ao desejo dos outros (adultos e pares); Gerir as suas próprias emoções e não ser influenciado pelos outros.”*

2.1 - Sente que os jovens têm uma forte tendência para ceder aos desejos dos outros?

3 respostas

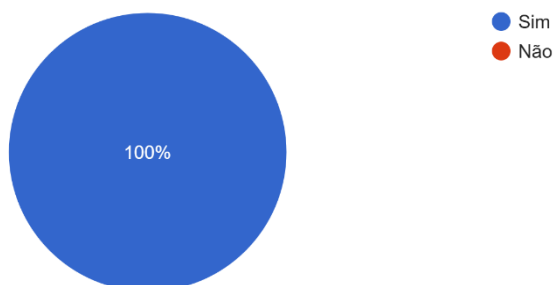


Gráfico 26 – Autonomia Emocional – 1ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

A resposta foi unânime pelas profissionais pois as mesmas consideram que os jovens, tem dificuldades em decidirem o que querem e acabam por achar o que os outros dizem, melhor para eles, que depende da sua maturidade emocional e que não têm uma vinculação segura.

A segunda sub-questão corresponde ao que as profissionais acham enquanto aos jovens mudarem frequentemente de opinião, depois de ouvirem a opinião das outras pessoas.

2.2 – Acha que os jovens mudam frequentemente de opinião, depois de ouvirem a opinião das outras pessoas?

3 respostas

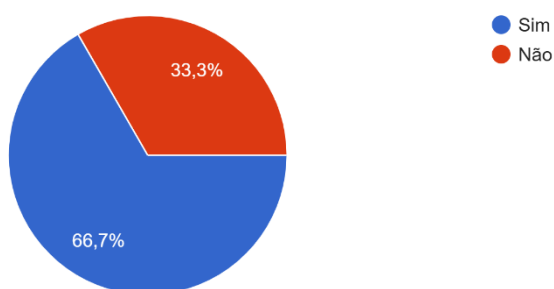


Gráfico 27 – Autonomia Emocional – 2ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Duas das profissionais (66,7%) acham que sim e uma (33,3%) assinalou que não. Segundo as suas justificações: *“Quando têm uma opinião formada, são tendencialmente inabaláveis nessa opinião; Sendo opiniões fundamentadas e esclarecidas podem ser*

conducentes a processos de mudança de opinião; Os traumas fazem com que a parte emocional esteja afetada;”

A terceira sub-questão visa saber se as profissionais acham que os jovens concordam com o que as outras pessoas dizem mesmo que não tenham a certeza.

2.3 – Acha que os jovens concordam muitas vezes com as outras pessoas, mesmo que não tenham a certeza?

3 respostas

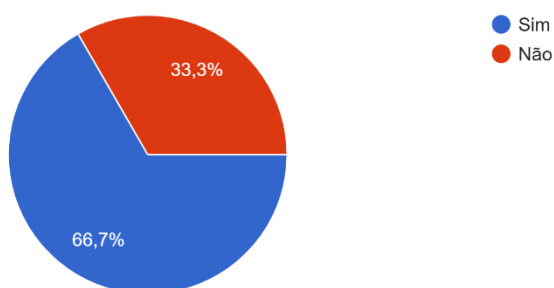


Gráfico 28 – Autonomia Emocional – 3ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Duas das profissionais assinalaram que sim e uma responder que não. No que toca as justificações, as mesmas referiram que: *“Quando não têm certezas, os jovens tendem a seguir "o grupo, a moda, etc."; tornam-se mais vulneráveis e querem sentir-se parte de algo; Os jovens tendem a questionar a opinião dos outros antes de concordarem ao não com ela; Seguem o padrão”*.

A última sub-questão desta pergunta é se as profissionais acham que esta competência foi desenvolvida pelos jovens.

Acha que esta competência é desenvolvida pelos jovens na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens.

3 respostas

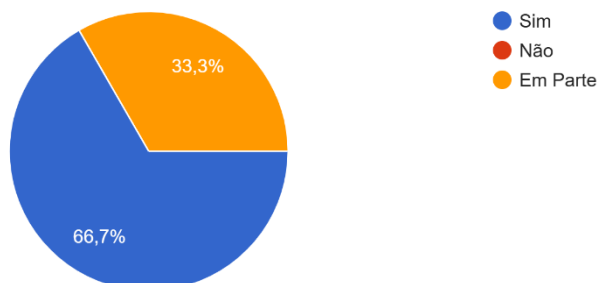


Gráfico 29 – Autonomia Emocional – 4ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Em relação às opções assinaladas, duas profissionais (66,7%) responderam que sim e uma respondeu (33,3%) que em parte.

A terceira questão desta secção corresponde às competências desenvolvidas pela competência funcional dos jovens, esta questão está dividida em 4 sub-questões. Na primeira sub-questão, foi pedido que dessem alguns exemplos práticos no que corresponde a questão funcional dos jovens, obteve-se as seguintes respostas: *“Competências linguísticas; competências de gestão financeira; criação de métodos de estudo; planeamento e organização; Desenvolvimento de uma intervenção promotora da autorregulação do comportamento e responsabilização nas diferentes áreas da vida do jovem; Resolução de problemas;”*

A primeira sub-questão desta competência, refere-se ao que os profissionais sentem que os jovens estão á vontade e prontos para passarem por uma situação nova e desconhecida da sua vida.

3.1 – Sente que os jovens estão á vontade para enfrentar uma situação nova?

3 respostas

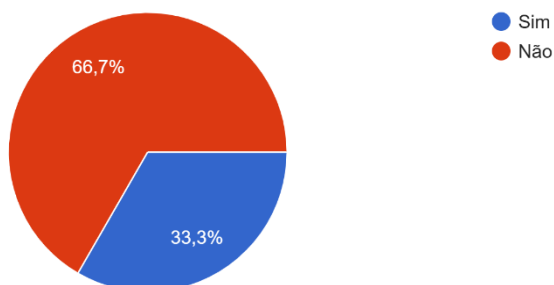


Gráfico 30 – Autonomia Funcional – 1ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Duas das profissionais (66,7%) assinalaram que não, justificando que tem medo de falhar/errar e sentem-se inseguros devido á dificuldade linguística e cultural e não sabem enfrentar conflitos. Por outro lado, uma profissional (33,3%) assinalou que sim, referindo que na maioria das vezes conseguem.

A segunda sub-questão visa saber se as profissionais sentem que os jovens hesitam muitas fazer em relação ao que vão fazer.

3.2 – Sente que os jovens hesitam muitas vezes em relação ao que vão fazer?

3 respostas

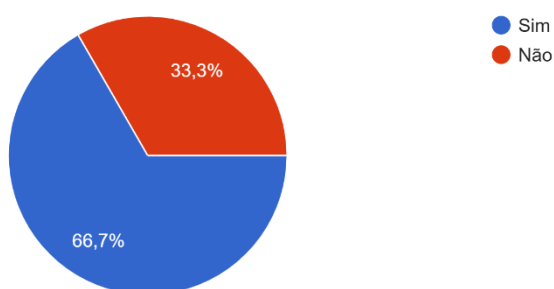


Gráfico 31 – Autonomia Funcional – 2ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Duas profissionais assinalaram que sim, e uma discordou assinalando que não. As justificações dadas foram: *“Falta de conhecimento de si próprios e do mundo que os rodeia;*

difficuldade na definição de objetivos; Não hesitam, mas têm necessidade de aferir com outros, adultos ou pares; Incerteza da vida”

A terceira sub-questão é acerca á opinião dos profissionais, se acham que os jovens vão diretos aos objetivos que delinearam.

3.3 – Acha que os jovens vão diretos aos objetivos que delinearam?
3 respostas

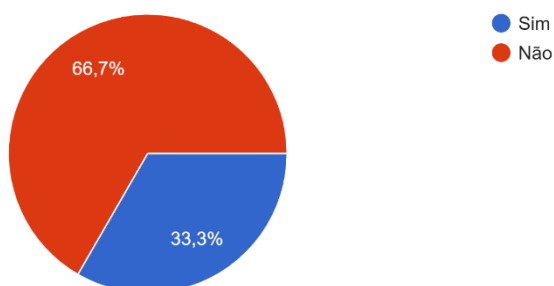


Gráfico 32 – Autonomia Funcional – 3ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Duas profissionais referiram que não, e uma profissional concordou assinalando que sim. As justificações dadas foram: *“Indecisão; vontade de ter várias experiências/curiosidade; falta de paciência para os meios que os fins muitas vezes implicam; Embora, uma vez mais dependa do perfil de cada jovem (maturidade, história de vida....); Porque caem muitas vezes na tentação;”*

A última sub-questão desta pergunta é se as profissionais acham que esta competência foi desenvolvida pelos jovens.

Acha que esta competência é desenvolvida pelos jovens na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens.

3 respostas

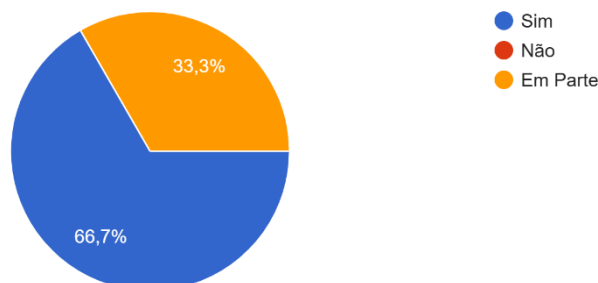


Gráfico 33 – Autonomia Funcional – 4ª pergunta

Fonte: Google Forms (2024)

Em relação às opções assinaladas, duas profissionais (66,7%) responderam que sim e uma respondeu (33,3%) que em parte.

De seguida passamos á última parte do questionário feito às profissionais dos apartamentos que autonomia, que corresponde à perceção da Equipa Técnica sobre o impacto das Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia no desenvolvimento e concretização do processo de autonomização dos jovens. Esta seção integra 3 questões de perguntas abertas: sobre o entendimento do impacto que as Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia têm para o processo de autonomização dos jovens; o papel do projeto de vida dos jovens no seu processo de autonomização e; as competências que apresentam maior dificuldade e facilidade;

A primeira questão corresponde, como já mencionada anteriormente, às competências que os profissionais consideram que um jovem deve adquirir. As respostas á questão foram as seguintes:

- “Competências linguísticas; competências de lide da casa; métodos de estudo; resistência à frustração; planeamento de rotinas; capacidade de contacto com os serviços da comunidade; capacidade de externalização dos sentimentos; competências de gestão financeira; capacidade empática; regulação emocional; capacidade de partilha; espírito de grupo;”
- “Competências que garantam um acompanhamento da sua saúde adequado; Competência que garantam uma gestão doméstica; Competências que garantam

uma gestão financeira; Competências que garantam formação académica e profissional e ingresso em mercado de trabalho; Desenvolvimento de competências necessárias a um adequado relacionamento interpessoal; Competências necessárias à vida em geral;”

- *“Competências cognitivas, emocionais, afetivas e sociais. Saber-estar, saber-fazer e saber-ser;”*

A segunda questão foi dividida em duas sub-questões acerca das competências que possuem e as que os jovens tem mais dificuldades em desenvolver.

No que toca às competências que as profissionais consideram que os jovens conseguiram adquirir, foi a capacidade de deslocação de forma autónoma; tarefas domésticas e capacidade de argumentação. Por outro lado, foi respondido que depende de cada jovem e do seu percurso até chegarem ao apartamento de autonomização.

Em relação às competências com mais dificuldades em desenvolver, as profissionais consideraram, as competências inerentes aos aspetos de desenvolvimento da autonomia emocional, *“Resistência à frustração (gestão emocional); competências de gestão financeira; capacidade de externalização dos sentimentos; capacidade de autoanálise; capacidade de contacto com os serviços da comunidade; capacidade empática; regulação emocional; capacidade de partilha; espírito de grupo”*.

A terceira questão foca a importância da construção de um projeto de vida para a autonomia dos jovens. Foi questionado às profissionais se este instrumento é importante para a autonomia dos jovens. Todas as profissionais concordaram que é um instrumento bastante importante, *pois ajuda os jovens a perceberem quem são, o que querem e como o podem atingir; ajuda-os a definir-se e a conhecer-se de uma forma pensada e organizada. É essencial a sua construção com o jovem, permitindo objetivar o percurso, avaliando e introduzindo todas as alterações que se mostrarem adequadas. Sem dúvida, porque sem essas ferramentas não conseguem ser adultos com sucesso.*

A última questão deste questionário é se deverá existir outra resposta para apoiar este processo de autonomia dos jovens. As profissionais referiram que não, pois os apartamentos de autonomia são a resposta mais adequada para este processo, no entanto uma das profissionais referiu que poderia existir mais famílias de acolhimento e mais apoio dos serviços e das comunidades locais.

4.2. Análise Conclusiva dos Resultados

Neste ponto, é importante referir os aspetos que se destacaram ao longo da investigação fazendo a associação dos objetivos delineados com a revisão da literatura e os resultados obtidos.

Relativamente ao objetivo específico b) Compreender a percepção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível cognitivo desenvolvidas no Processo de autonomização. Segundo o autor, Beckert (2007), esta competência é a menos estudada na autonomia da adolescência. Os autores Byrnes, Miller e Reynolds (1999) que, embora não tratando diretamente a autonomia, aborda a dimensão cognitiva ao relacionar a capacidade de tomar decisões, um dos aspetos centrais da autonomia cognitiva nos adolescentes (Beckert, 2007; Jacobs & Klaczynski, 2002; Noom, 1999), com a autodeterminação. A eficácia ao nível da tomada de decisão autónoma, por parte dos adolescentes, varia em função de fatores internos e externos ao indivíduo (Miller & Byrnes, 2001).

Ao analisar esta dimensão com as respostas dadas pelos jovens, vinte afirmaram que estão a desenvolver esta dimensão nas unidades de apoio e promoção da autonomia, cinco dos jovens referiram que em parte e um jovens mencionou que não está a desenvolver esta dimensão.

No que toca aos profissionais, estes referem que as competências que estão a ser desenvolvidas nesta dimensão são: *“Tomada de decisão; reflexão sobre as próprias capacidades; criação autónoma de rotinas; definição de prioridades; Desenvolvimento de sentimento de confiança. Reforço da crença na capacidade de controlo sobre a vida. reforço da capacidade de tomada de decisão sem depender excessivamente da validação externa.”*

No mesmo sentido, Noom (1999) considera a autonomia cognitiva enquanto a percepção dos jovens daquilo que querem fazer da sua vida, envolvendo a capacidade de avaliar as possibilidades disponíveis, analisar os seus valores pessoais e, em função destes, tomar uma decisão e determinar objetivos pessoais.

Em relação ao objetivo específico c) Compreender a percepção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível emocional desenvolvidas no Processo de autonomização. O autores Steinberg e Silverberg (1986) procuraram operacionalizar esta dimensão medindo a

ausência de dependências em relação ao outro, bem como a capacidade de reconhecer a sua personalidade enquanto distinta da personalidade dos outros. No entanto, veio a verificar-se que esta operacionalização da autonomia emocional surgia relacionada com sentimentos de insegurança dos jovens em relação ao outro, perceção de rejeição parental, alienação, desconfiança e menor coesão familiar (Frank, Pirsch, & Wright, 1990; Ryan & Lynch, 1989). Noom (1999), que prefere realçar a capacidade do jovem sentir confiança nos seus objetivos pessoais, ao mesmo tempo que demonstra consideração pelos objetivos dos outros, enquanto componentes da autonomia emocional.

As questões feitas no questionário que foi apresentado aos jovens e profissionais, no que toca a esta dimensão da autonomia, realçou a ideia defendida pelo autor Noom (1999), e segundo os jovens, vintes deles estão a conseguir adquirir esta competência, quatro jovens em parte e dois não estão a desenvolver a competência ao nível emocional. No que se refere aos profissionais, os mesmos foram desafiados a mencionarem alguns exemplos práticos que correspondessem á questão emocional e afetiva dos jovens na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens. Foram dados os seguintes exemplos: *“Análise do eu/autoconhecimento (defeitos, qualidades, competências, talentos, interesses); motivação, esperança e não desistência; discussão aberta de preocupações, medos e incertezas; Reforço de competências que estimulem os jovens a estabelecer valores pessoais e que consigam definir objetivos a alcançar de forma intrínseca, ou seja, de forma independente face ao desejo dos outros (adultos e pares); Gerir as suas próprias emoções e não ser influenciado pelos outros;”*

De acordo com esta visão, o facto de um jovem ser emocionalmente autónomo não implica a negação das relações significativas, do desejo de ser aceite, ou do seguimento de pessoas ou ideais com os quais se identifique. A autonomia emocional caracteriza-se, isso sim, pela confiança do jovem nas suas crenças e valores pessoais que lhe permite conduzir a sua vida sem excessivas preocupações de validação social (Noom,1999).

No que diz respeito ao objetivo específico d) Compreender a perceção dos profissionais e jovens sobre as competências ao nível funcional desenvolvidas no Processo de autonomização. Segundo Bandura (1986) e Glasser (1984) para um indivíduo se adaptar com eficácia ao meio, é necessário que estabeleça uma relativa perceção de controlo acerca dos seus processos psicológicos e comportamento. É neste contexto que se enquadra a dimensão

funcional da autonomia, enquanto comportamento regulado pelo próprio em oposição ao comportamento regulado por forças externas. A autonomia é, então, observada enquanto autodeterminação.

Com base nesta ideia, vinte jovens afirmaram que estão a desenvolver esta dimensão e seis jovens referiram que em parte. No que respeita às respostas dadas pelos profissionais, estes referiram alguns exemplos práticos no que corresponde á questão funcional dos jovens na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens. Sendo estas as respostas dadas: *“Competências linguísticas; competências de gestão financeira; criação de métodos de estudo; planeamento e organização; Desenvolvimento de uma intervenção promotora da auto regulação do comportamento e responsabilização nas diferentes áreas da vida do jovem; Resolução de problemas”*

Para concluir, o conceito de autonomia funcional sublinha a capacidade do jovem desenhar e seguir uma estratégia de ação para atingir os seus objetivos pessoais, pelo que a autodeterminação e capacidade de regular o seu comportamento assumem uma importância central (Noom, 1999).

Relativamente ao objetivo específico e), Entender do ponto de vista do jovem e da equipa técnica, o impacto que as Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia para o processo de autonomização. Segundo os autores Gomes & Marques (2013, citado em Dias, et. al., 2012, p.37) os jovens que integraram um programa de treino de competências têm maior tendência para desenvolver comportamentos positivos e saudáveis, bem como têm um “maior domínio das diferentes competências de vida, demonstrando uma maior satisfação com a vida e uma maior tendência para o otimismo”. Um dos aspetos que pode ajudar na preparação para a autonomização é a criação de oportunidades para que o jovem participe em atividades que ocorram fora das instituições. Neste sentido e de acordo com as respostas dadas pelos jovens, foi criada uma tabela, para uma melhor perceção, onde possui categorias de competências para o futuro (apêndice VIII).

As categorias foram as seguintes: Serviços, Gestão Financeira, Gerir emoções, Vida profissional, Tarefas domésticas, Autonomia e Literacia. Com base nas respostas dadas e seguindo a classificação dos autores Gomes & Marques (2013), Realça-se que a categoria da Autonomia e da Gestão financeira foi a que obteve mais respostas dos jovens. Sistematizando as respostas dos jovens, na categoria dos serviços obtivemos 3 respostas, dando o exemplo de duas das respostas: *“Ser capaz de utilizar os serviços”; ir às consultas de MGF sozinho*”. Na

categoria da gestão financeira, 11 jovens mencionaram esta categoria nas suas respostas, expomos algumas das respostas dadas: *“Saber gerir dinheiro, saber pagar contas; responsabilidade financeira;”* No que toca à categoria das Emoções, os jovens apresentaram 4 respostas acerca desta categoria, mencionando algumas das respostas dadas: *“Saber gerir as minhas emoções; Melhor gestão de emoções;”* A próxima categoria mencionada é acerca da vida profissional, onde se contabilizaram 5 respostas, tais como: *“Preparação para o mercado de trabalho; Ter a minha formação concluída; Aprender a estudar;”* A seguinte categoria é em relação às tarefas domésticas, onde obtivemos 16 respostas acerca desta temática tais como: *“Autonomia; Maior organização; Organizar a minha vida; Fazer tudo de forma organizada e correta; Ter a capacidade de me organizar; Facilidade em tomar decisões;”* Por último houve a necessidade de criar uma categoria acerca da literacia, pois tivemos três respostas sobre aprender português e saber mais acerca da cultura portuguesa. No que toca aos profissionais foram dadas as seguintes respostas: *“Competências linguísticas; competências de lide da casa; métodos de estudo; resistência à frustração; planeamento de rotinas; capacidade de contacto com os serviços da comunidade; capacidade de externalização dos sentimentos; competências de gestão financeira; capacidade empática; regulação emocional; capacidade de partilha; espírito de grupo; Competências que garantam um acompanhamento da sua saúde adequado; Competência que garantam uma gestão doméstica; Competências que garantam uma gestão financeira; Competências que garantam formação académica e profissional e ingresso em mercado de trabalho; Desenvolvimento de competências necessárias a um adequado relacionamento interpessoal; Competências necessárias à vida em geral; Competências cognitivas, emocionais, afetivas e sociais. Saber- estar, saber-fazer e saber-ser;”*

No que diz respeito ao objetivo específico f) Compreender o papel do projeto de vida dos jovens institucionalizados e o seu entendimento pelos jovens e equipa técnica. Segundo o Instituto da Segurança Social (2019), a construção de um projeto de vida é um instrumento indispensável à preparação da saída das crianças e jovens das instituições em que estão acolhidas. Ele pode ser, também, um instrumento de concretização prática dos direitos da criança, tal como definidos na Convenção sobre os Direitos da Criança. Um projeto de vida é um plano de intervenção negociado por diferentes intervenientes: profissionais do sistema de proteção e crianças/ jovens. Em relação a este objetivos específico, os vinte e seis jovens referiam que reconhecem o seu projeto de vida construído com a equipa técnica e consideram adequado para si. No que toca aos profissionais, foi colocada a questão se consideravam

importante para a autonomia dos jovens. Foram obtidas as seguintes respostas: *“Sem dúvida, porque sem essas ferramentas não conseguem ser adultos com sucesso; É um instrumento essencial. É essencial a sua construção com o jovem, permitindo objetivar o percurso, avaliando e introduzindo todas as alterações que se mostrarem adequadas; O projeto de vida é um instrumento essencial pois ajuda os jovens a perceberem quem são, o que querem e como o podem atingir; ajuda-os a definir-se e a conhecer-se de uma forma pensada e organizada;”* Ao falar de projeto de vida é imprescindível falar de autonomia, pois os projetos de vida devem promover a autonomia dos jovens.

Por último, quanto ao objetivos específico g) Identificar, do ponto de vista da equipa técnica e dos jovens, quais as competências que mais dificuldades/limites apresentam. Este objetivo foi dividido em duas partes, as competências já adquiridas pelos jovens e as competências que são mais difíceis de desenvolver no processo de autonomização das unidades de apoio e promoção de autonomia. Segundo os profissionais, no que toca às competências que considera que os jovens possuem, foram dadas as seguintes respostas: *“Capacidade de deslocação de forma autónoma; competências de lide da casa; capacidade de argumentação; resiliência; Depende de cada jovem e do seu percurso até chegar a um apartamento de autonomização; Gestão doméstica”* De seguida os profissionais responderam às competências que consideram mais difíceis de desenvolver. Foram dadas as seguintes respostas: *“Resistência à frustração (gestão emocional); competências de gestão financeira; capacidade de externalização dos sentimentos; capacidade de autoanálise; capacidade de contacto com os serviços da comunidade; capacidade empática; regulação emocional; capacidade de partilha; espírito de grupo; As competências inerentes aos aspetos desenvolvimento da autonomia emocional; Gestão emocional;”* Em relação aos jovens foi criada uma tabela (apêndice IV), para uma melhor perceção. No que toca às competências adquiridas as respostas concentraram-se na categoria das tarefas domésticas, como limpar a casa, cozinhar e fazer as compras. Por outro lado, também se destacaram na categoria da empatia, aprender a lidar com o outro, *“Tratar da casa, ir às compras; saber cozinhar razoavelmente, ir para a escola, ir ao médico; Responsabilidade, respeito, compromisso; saber lidar com pessoas, empatia”*. Em relação às competências por adquirir, as respostas focaram-se na questão da autonomia, dando exemplo de umas das respostas: *“Sinto que ainda não sei organizar-me bem e ainda tenho dificuldades em conciliar as tarefas da escola e de casa;”*

Compreende-se que cada jovem tem um processo de autonomização diferente, para o qual devem ser analisadas as condições que são fundamentais para concretizar este processo, bem como definir estratégias para assumir uma vida autónoma e ir alcançando os seus objetivos pessoais, dando sempre atenção à rede social do jovem e aos recursos que este tem acesso, de forma a garantir a sua segurança após a saída da instituição (Sousa, 2015).

Conclusão

O momento de transição para a vida adulta é caracterizado por ser um acontecimento importante na vida de qualquer jovem, no entanto controverso pelas mudanças que acontecem, por vezes com sentido de insegurança, receios por parte dos jovens em serem capazes de se tornarem autónomos. É nesta fase que a autonomia ocupa, um lugar importante na independência do jovem, pois é a partir desta competência que o jovem começa a fazer a sua integração na sociedade e a assumir-se como parte integrante da mesma.

Teoricamente, a definição de autonomia relaciona-se com diversos conceitos como, liberdade, independência e emancipação, embora a sua ligação não seja feita de forma direta, subjetivamente estes conceitos estabelecem uma relação na construção da autonomia. Sousa (2015)

Para um melhor entendimento da prática da autonomia, foram abordadas várias dimensões nas unidades de apoio e promoção de autonomia, que se focaram nos níveis do cognitivo, emocional e funcional.

Por sua vez, Gomes (2010) também possui uma abordagem teórica sobre o desenvolvimento da autonomia, tendo por base dois níveis de intervenção, a socio afetiva e a comportamental, que se relacionam entre si. A intervenção socio afetiva integra

particularidades da dimensão cognitiva e da dimensão emocional/afetiva, que incide na reflexão e definição dos objetivos pessoais, na capacidade de exprimir os sentimentos, no planeamento da vida futura com um olhar otimista, positivo, combatendo as inseguranças e as frustrações da vida passada. Por outro lado, a intervenção a nível comportamental contempla características da dimensão funcional, desenvolvendo competências para autonomia de vida, como: arrumar a casa, cozinhar, executar tarefas domésticas, tomar as suas próprias decisões, tendo conhecimento das possíveis consequências, entre outras.

O treino de competências nos jovens não é uma tarefa fácil, muito menos quando os jovens estão integrados em contextos pouco facilitadores, como é o caso do acolhimento institucional. Ensinar e treinar competências neste contexto, não pode ficar apenas pela componente teórica, deve ter por base as vivências da instituição de acolhimento, as suas rotinas, o trabalho desenvolvido diariamente pelas equipas técnicas e educativas, mas também dar a conhecer aos jovens um pouco da realidade que os espera quando saírem da instituição.

O procedimento de aquisição de competências orienta-nos para dois campos de trabalho: competências ao nível da autonomia pessoal/relacional e competências ao nível da autonomia funcional. A primeira reporta para competências intrínsecas à criança e jovem e também de carácter relacional. Neste nível de autonomia, o jovem adquire competências relativas ao seu autoconceito, a autoconfiança, autoestima, a gestão de emoções, a capacidade de resolução dos seus problemas, conflitos, bem como desenvolve competências de assertividade, de responsabilidade pelas suas ações e decisões. Na vertente da autonomia funcional enquadra-se a aprendizagem de competências necessárias para uma vida independente, tais como, gestão de dinheiro, gestão doméstica, cozinhar, organizar espaços, saber procurar informação e recursos e utilizar os vários serviços da comunidade (centro de saúde, finanças, segurança social).

A aquisição de competências é um processo de aprendizagem que beneficia a futura autonomização dos jovens permitindo que adotem uma “vida adulta com capacidade para tomarem decisões e assumirem total responsabilidade pelas mesmas, com sentimento de autoconfiança nos objetivos pessoais, bem como nos seus padrões de comportamento” (Gomes, 2010, p.209).

De acordo com o estudo feito foi possível entender que as unidades de apoio e promoção à autonomia é uma excelente ferramenta de apoio para os jovens, pois a sua grande maioria respondeu que não sabia ser autónomo, nem ter a capacidade de conseguir fazer

algumas das rotinas sozinho, como por exemplo de ir marcar uma consulta, de ir às compras ou de saber cozinhar. Afirmam que se não tivessem conseguido entrar uma das unidades de apoio e promoção á autonomia não tinham tanta responsabilidade o que iria implicar o seu crescimento.

Sabe-se que é um estudo exploratório e que contém várias limitações, nomeadamente, não permite generalizações pelo facto de ter um conjunto de participantes bastante reduzido. Porém este trabalho pode acrescentar conhecimento ao que já existe. Permitirá certamente a criação de projetos mais alargados juntando assim os jovens e os técnicos para fomentar apoios a vários níveis.

Para concluir é importante que se crie oportunidades de aprendizagem e conhecimento para uma vida autónoma através do acesso à informação, dando espaço para que os jovens tirem as suas dúvidas, um espaço de partilha e ainda, se possível, fazendo com que os jovens tenham experiências práticas de acontecimentos que serão certos na vida deles, tais como assumir responsabilidades de gestão doméstica (cozinhar, pagar as contas, ir as compras), bem como procurar trabalho, entre outros. Através das unidades de apoio e promoção da autonomia é possível os jovens assumirem algumas dessas responsabilidades, o que torna esta resposta social muito importante para aquisição da autonomia.

Bibliografia

- Bandura, A. (1986). Social foundations of thought and action: A social cognitive theory. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Barbosa, P. V., & Wagner, A. (2013). A autonomia na adolescência: Revisando conceitos, modelos e variáveis. *Estudos de Psicologia*, n.º 4, 18, pp. 649-658.
<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000400013>
- Bastos, A. & Veiga, F. (Orgs.). (2016). *A análise do bem-estar das crianças e jovens e os direitos da criança*. Edições Húmus, Lda
- Batista, C. G. (2014). Olhares sobre os (Des)afetos: A perspetiva dos profissionais sobre a institucionalização de crianças e jovens. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre.]
<http://hdl.handle.net/10400.26/9203>
- Beckert, T. (2007). Cognitive autonomy and self-evaluation in adolescence: A Conceptual investigation and instrument development. *North American Journal of Psychology*, 9(3), 579-594.
- Black, T.(1999). *Doing quatitative research in the Social Sciences: Na integrated approach to research design, measurement and statistics*. Sage Publications.

- Bowlby, J. (1979). *The making and breaking of affectional bonds*. London: Tavistock;
- Byrnes, J., Miller, D., & Reynolds, M. (1999). Learning to make good decisions: A self-regulation perspective. *Child Development*, 70, 1121-1140.
- Calheiros, M. M., Graça, J., Morais, I., Mendes, R., & Garrido, M. V. (2013). Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial. In M. M. Calheiros, & M. V. Garrido, *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção* (Vol. III, pp. 242-294). Edições Silabo.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2003). Avaliação da competência social em crianças em situação de risco. *Psico-USF* n.º 1, 8, pp. 1-9.
- Carvalho, M.J.L. & Cruz, H. (2015). Promoção da autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição. In Costa, A., Tomás, C., Luís, E., Cruz, H., Rodrigues, L., Malheiro, M., Carvalho, M.J.L & Gonçalves, S. (pp. 4-15). Fundação Calouste Gulbenkian <https://gulbenkian.pt/publication/autonomia/>
- Charles, C.M.(1998) *Introduction to educational research* (3ªed.). Longman.
- Cortes, S. (2020). O trabalho interinstitucional na CPCJ de Elvas Modalidades de Cooperação e Constrangimentos: Um Estudo de Caso [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Portalegre]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/31798>
- Crotty, M. (1998). *The foundations of Social Research: meaning and perspective in the research process*. SAGE Publications.
- Creswell, J. (1994). *Research design: Qualitative and quantitative approaches.*: SAGE Publications.
- Dias, C., Cruz, J., & Danish, S. (2001). O desporto como contexto para a aprendizagem e ensino de competências de vida: Programas de intervenção para crianças e adolescentes. *Análise Psicológica*. ISPA- Instituto Universitário <https://doi.org/10.14417/ap.351>
- Dias, I., Gomes, R., Peixoto, A., Marques, B., & Ramalho, V. (2012). *Treino de competências de vida: conceptualização, intervenção e investigação*. II Seminário Internacional "Contributos da Psicologia em contextos Educativos", (pp. 35-45). Universidade do Minho.
- Fernandes, A. L. (2010). Programa de Desenvolvimento de Competências de Autonomia em Jovens de Acolhimento Residencial. [Tese de Mestrado em Psicologia

Comunitária e Proteção de Menores. ISCTE.Instituto Universitário de Lisboa.]

<http://hdl.handle.net/10071/2895>

- Fernandes, N. (2009). *Infância, Direitos e Poderes. Representações, Práticas e Poderes*. Edições Afrontamento.
- Fortin, M.F. (2009). *Fundamentos e Etapas no Processo de Investigação*. Lusodidacta
- Frank, S., Pirsch, L., & Wright, V. (1990). Late adolescents' perceptions of their relationships with their parents: Relationships among deidealization, autonomy, relatedness, and insecurity and implications for adolescent adjustment and ego identity status. *Journal of Youth and Adolescence*, 19, 571-588
- Glasser, W. (1984). *Control theory: A new explanation of how we control our lives*. New York: Harper & Row.
- Gomes, A. R., & Marques, B. (2013). Life skills in educational contexts: testing the effects of an intervention programme. *Educational Studies*. University of Minho. School of Psychology.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Texto Editores, Lda.
- Gonçalves, P. (2020). A institucionalização de crianças e jovens e processos de definição identitária: o caso de três acolhimentos residenciais [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto] Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/32900>
- Gomes, M. P. (2005) (coord.). *Percursos de vida dos jovens após a saída dos lares de infância e juventude*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais do ISCTE.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O inquérito: Teoria e prática* (3ªed.). Celta Editora.
- Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social/CID (2011). *Manual de Boas Práticas*. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Instituto Segurança Social. (2007). *Manual de Processos - Chave do Lar de Infância e Juventude*. <http://www4.seg-social.pt/publicacoes>
- Instituto Segurança Social. (2024). *Nomenclaturas- Respostas Sociais*. In Carta Social. Direção-Geral da Segurança Social. <https://www.cartasocial.pt/nomenclaturas-e-conceitos>

- Instituto da Segurança Social (2022). CASA 2020 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Instituto da Segurança Social, Lisboa.
- Jacobs, J., & Klaczynski, P. (2002). The development of judgment and decision making during childhood and adolescence. *Current Directions in Psychological Science*, 11, 145-149.
- Kroner, M. (2007). The role of housing in the transition process of youth and young adults: A twenty-year perspective. *New Directions for Youth Development*, 113, pp. 51- 75. [10.1002/yd.201](https://doi.org/10.1002/yd.201)
- Lei n.º 147/99, de 9 de setembro. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Lisboa: Diário da República
- Lemos, M. & Meneses, H. I. (2002). A avaliação da competência social: Versão portuguesa da forma para professores do SSRS. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 3, 267-274.
- Lopes, R., & Vicente, B. (2019). Autonomia em acolhimento residencial: Autonomia na adolescência. *Cadernos Técnicos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, 1, 36-43.
- Martins, E. R. (2010). Acolhimento Institucional: De um modelo institucional para um modelo especializado e terapêutico. In *Ação de Formação Coimbra a 9 de Fevereiro*. Coimbra: Instituto da Segurança Social, I.P. Departamento de Desenvolvimento Social Unidade de Infância e Juventude.
- Mason, E., & Bramble, W (1997). *Research in Education and the Behavioral Sciences: concepts and methods*. Brown & Benchmark.
- Matos, M. G., Simões, C., & Carvalhosa, S. F. (2000). *Desenvolvimento de competências de vida na prevenção do desajustamento social*. Instituto de Reinserção Social - Ministério da Justiça.
- Miller, D., & Byrnes, L. (2001). To achieve or not to achieve: A self-regulation perspective on adolescents' academic decision making. *Journal of Educational Psychology*, 93(4), 677-685.
- Minuchin S. (1971). *Families and Family Therapy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Monteiro, A.R. (2010). *Direitos da Criança: Era uma vez...* Almedina.
- Monteiro, J.M.(2009). *Questionários: teoria e prática*. Almedina.

- Moreira, J.M. (2004). *Questionários: teoria e prática*. Almedina.
- Noom, M. (1999). Adolescent autonomy: Characteristics and correlates. Delft: Eburon.
- Noom, M. J., Dekovic, M., & Meeus, W. (2001). Conceptual analysis and measurement of adolescent autonomy. *Journal of Youth and Adolescence*, 30, 577-595.
- Oliveira, A. M. (2021). Promoção de Competências e Inteligência Emocional em Contexto de Acolhimento Residencial. Em C. S. Peixoto, & M. S. Oliveira, *Acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo* (pp. 187-196). Lisboa: Pactor.
- Orenstein, G. A., & Lewis, L. (2020). *Erickson's stages of psychosocial development*. Retrieved from National Center for Biotechnology Information.
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK556096>
- Papalia, D., Olds, S., & Feldman, R. (2006). *Desenvolvimento Humano*. Artmed.
- Peixoto, C., & Oliveira, M (2021). *Acolhimento Residencial de Crianças e jovens em Perigo. Conceitos, Prática e Intervenção*. Pactor.
- Pinto, M. & Sarmiento, M. J. (Coords.). (1997). *As Crianças: contextos e identidades*. Centro de Estudos da Criança/Universidade do Minho.
- Poncet-Bonissol Y. (2010). *Adolescents: Crises, revolts et fractures*.
- Ribeiro, A. M. 2008). Projeto de Promoção da autonomia de Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial. [Dissertação de Mestrado em Intervenção Comunitária e Proteção de Menores, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.] <http://hdl.handle.net/10071/1627>
- Ryan, R., & Lynch, J. (1989). Emotional autonomy versus detachment: Revisiting the vicissitudes of adolescence and young adulthood. *Child Development*, 60, 340-356.
- Sarmiento, M. (2005). Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da *Sociologia da Infância*. *Educ. Soc., Campinas*, 26(91), 361-378.
- Sarmiento, M. & Trevisan, G. (2017). A crise social desenhada pelas crianças: imaginação e conhecimento social. *Educar em revista. Edição Especial*, 2, 17-34.
- Silva, A. M. (2004). *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes*. CLIMEPSI Editores.
- Silva, C. e Vieira, D. (2009). Residência de autonomização: Um passo para o futuro. *Pretextos*, 34, pp. 10-12. [DM Ana Catarina Silva.pdf \(ufp.pt\)](#)

- Simões, H. (2018). O Acolhimento familiar e residencial: OO novo paradigma. In Centro de Estudos Judiciários (Coord.). Coleção formação contínua – Acolhimento residencial e familiar (pp. 41-70). Lisboa: CEJ.
http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/eb_AcolhimentoResidencialFamiliar.pdf
- Sousa, R. (2015). Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em Lares de Infância e Juventude. [Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e à Faculdade de Economia, Coimbra, Portugal.]
<https://hdl.handle.net/10316/31190>
- Steinberg, L., & Silverberg, S. B. (1986). The vicissitudes of autonomy in early adolescence. *Child Development*, 57, 841-851.
- Stein, M. (2005). Resilience and young people leaving care. York: Joseph Rowntree Foundation.
- Tomás, C. (2011). *Há muitos mundos no mundo. Cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. Edições Afrontamento.
- Veloso, C. (2014). Lares de Infância e Juventude: Contributos para a autonomia. Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação, Mestrado em Intervenção Psicossocial com crianças e jovens em risco.
- Wall, K., Leitão, M., Correia, S. & Ramos, V. (2016). *Políticas de Família em 2014 e 2015 Principais desenvolvimentos*. Observatório do ICS da Universidade de Lisboa.

Apêndices

Apêndice I – Declaração da Investigação



Declaração de orientação

Para os devidos efeitos informa-se que a mestranda Ana Maria de Jesus Pereira Santos encontra-se, no âmbito do mestrado em Serviço Social do Instituto de serviço Social da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, a realizar um estudo cujo objetivo geral é analisar, do ponto de vista da equipa técnica e dos jovens, as competências adquiridas (e em desenvolvimento) no processo de autonomização e a importância das mesmas para o futuro. Nesse sentido, a mestranda pretendia elaborar uma entrevistas por questionário ao responsável pela equipa técnica do centro de acolhimento ou apartamento de autonomização e aos jovens em processo de autonomização.

A investigação respeitará todos os princípios éticos, nomeadamente o sigilo e a proteção total da identificação dos inquiridos, bem como, a explicitação dos objetivos e a recolha do consentimento informado. Salienta-se que os dados serão utilizados unicamente para fins de investigação.

A investigação será desenvolvida pela mestranda sob a minha orientação.

Assinado por: **Jacqueline Ferreira Marques**
Num. de Identificação: 10227262
Data: 2023.06.12 11:38:41 +01'00'



CHAVE MÓVEL

Jacqueline Ferreira Marques

Professora Auxiliar do Instituto de
Serviço Social da universidade Lusófona

Lisboa, 08/06/2023.

Título Provisório: “Autonomia dos jovens residentes em Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia”

Questão de partida:

Qual a perceção dos jovens e equipa técnica sobre o impacto das Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia para o processo de autonomização dos jovens?

Objetivos de Investigação

objetivo geral:

1. A análise do ponto de vista da equipa técnica e dos jovens, das competências adquiridas (e em desenvolvimento) no processo de autonomização e a importância das mesmas para o futuro;
2. Compreender a perceção dos jovens e equipa técnica sobre a importância do trabalho desenvolvido nas Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia para desenvolvimento o processo de autonomização dos jovens;

Dimensões de análise e objetivos específicos:

De modo a responder aos objetivos gerais, e de acordo com a análise bibliográfica sobre o tema, foi possível delimitar 4 dimensões de análise.

A 1ª dimensão pretende conhecer os jovens participantes no estudo e integra o seguinte objetivo específico.

- i. Caracterização sociodemográfica dos jovens e da Equipa Técnica;

A 2ª dimensão diz respeito às competências no processo de autonomização. Esta dimensão pretende responder ao primeiro objetivo geral e, para o efeito, integra os seguintes objetivos específicos:

- ii. Analisar as competências fundamentais a desenvolver no âmbito dos processos de autonomização;
- iii. Identificar, do ponto de vista dos jovens e da equipa técnica, as competências ao nível atitudinal (refere-se ao processo cognitivo associado à realização de escolhas e definição de objetivos) desenvolvida pelos jovens;

Identificar, do ponto de vista dos jovens e da equipa técnica, as competências ao nível emocional (refere-se ao processo afetivo em sentir-se confiante acerca dessas mesmas escolhas e objetivos) desenvolvida pelos jovens;

Identificar, do ponto de vista dos jovens e da equipa técnica, as competências ao nível funcional (refere-se ao processo regulatório de desenvolver estratégias com vista ao alcance dos objetivos definidos) desenvolvida pelos jovens;

A 3ª dimensão diz respeito a perceção da equipa técnica sobre o impacto das Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia dos jovens no desenvolvimento e concretização do processo de autonomização dos jovens. Esta dimensão pretende responder ao objetivo geral 2 e, para o efeito, integra os seguintes objetivos específicos:

vi) - Entender do ponto de vista da equipa técnica, o impacto que as Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia têm para o processo de autonomização dos jovens;

vii) - Compreender, de acordo com a equipa técnica, o papel do projeto de vida dos jovens no seu processo de autonomização;

viii) - Analisar, de acordo com a Equipa Técnica, e tendo em conta as competências atitudinal, emocional e funcional, quais aquelas que apresentam maior facilidade e dificuldade para o seu desenvolvimento;

A 4ª dimensão diz respeito a perceção dos jovens sobre o impacto das Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia no desenvolvimento e concretização do seu processo de autonomização. Esta dimensão pretende responder ao objetivo geral 2 e, para o efeito, integra os seguintes objetivos específicos:

ix) - Entender do ponto de vista dos jovens, o impacto que as Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia têm no seu processo de autonomização

x) - Compreender, de acordo com os jovens, o papel do projeto de vida no seu processo de autonomização

xi) - Analisar, de acordo com os jovens e tendo em conta as competências atitudinal, emocional e funcional quais aquelas que apresentam maior facilidade e dificuldade para o seu desenvolvimento;

Participantes do estudo:

Ao participante da presente investigação são a Equipa Técnica e as/os jovens em Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia.

Os critérios de seleção da amostra são: responsáveis pelas Equipas Técnicas das Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia; jovens residentes nas Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia; desejo de participação e assinatura do consentimento informado.

Metodologias:

Trata-se de uma investigação descritiva-exploratória de cariz misto.

Para a recolha de dados considerou-se elaborar um questionário dirigido a Equipa Técnica e aos jovens. Passíveis de aplicação a variadíssimas situações e contextos de investigação, não impõem as restrições referidas para as entrevistas, estando assim explicada a sua enorme popularidade na pesquisa em CSH (Moreira, 2004). Comparativamente com a entrevista o questionário é mais amplo no alcance, mas mais impessoal em natureza (Mason & Bramble, 1997).

Elaboramos 2 questionários, um para a Equipa Técnica e outro para os Jovens.

Cada questionário é composto por 3 secções.

O primeiro questionário – da Equipa Técnica – é composto por 3 secções:

A 1ª secção – transversal aos dois questionários - tenta responder a 2ª dimensão de análise e respetivos objetivos. Assim é composta por 3 questões, cada uma composta por duas sub-questões, de perguntas de escolha múltipla. Assim a 1ª refere-se as competências atitudinal, emocional, funcional. E apresenta-se um conjunto das mesmas para os participantes escolherem aquelas que consideram importantes no processo de autonomização, simultaneamente pedimos para dizer se essa competência foi desenvolvida podendo responder sim, não ou em parte;

A 2ª secção responde a 3ª dimensão, ou seja, perceção da Equipa Técnica sobre o impacto das Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia no desenvolvimento e concretização do processo de autonomização dos jovens. Esta secção integra 3 questões de perguntas abertas: sobre o entendimento do impacto que as Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia têm para o processo de

autonomização dos jovens; o papel do projeto de vida dos jovens no seu processo de autonomização e; as competências que apresentam maior dificuldade e facilidade;

A 3ª seção responde a 1ª dimensão, nomeadamente a caracterização socio demográfica e profissional do responsável pela equipa técnica. Aqui surgem indicadores como género, idade, formação académica, tempo de serviço, tempo de trabalho com jovens em perigo e tempo de trabalho na equipa;

O questionário dos jovens, é igualmente constituído por 3 secções

- i) A 1ª seção – transversal aos dois questionários - tenta responder a 2ª dimensão de análise e respetivos objetivos. Assim é composta por 3 questões, cada uma composta por duas sub-questões, de perguntas de escolha múltipla. Assim a 1ª refere-se as competências atitudinal, emocional, funcional. E apresenta-se um conjunto das mesmas para os participantes escolherem aquelas que consideram importantes no processo de autonomização, simultaneamente pedimos para dizer se essa competência foi desenvolvida podendo responder sim, não ou em parte;
- ii) A 2ª seção responde a 4ª dimensão e pretende analisar a perceção dos jovens sobre o impacto das Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia no desenvolvimento e concretização do seu processo de autonomização.
- iii) A 3ª seção refere-se à caracterização socio demográfica dos jovens: género, idade, escolaridade e tempo de medida em Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia.

Procedimento para a Recolha de Dados:

Após aprovação, pretende-se enviar por correio eletrónico, o link dos questionários realizados na Plataforma Google Forms

Análise dados:

O Programa escolhido para analisar todos os resultados obtidos foi o SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). Este programa é uma poderosa ferramenta informática que permite realizar cálculos estatísticos complexos e visualizar os seus resultados em instantes. Constitui um auxiliar excelente para um investigador em CSH que tenha

procedido a uma recolha de dados quantitativos em o objetivo da análise é descrever, relacionar ou mesmo contrastar hipóteses de investigação.

Questões éticas:

Será garantido o sigilo e confidencialidade dos participantes. Assim como, a garantia do uso dos dados apenas para fins de investigação.

No questionário serão explicitados os objetivos da investigação, o compromisso do sigilo e confidencialidade, bem como, a informação da possibilidade dos participantes desistir em qualquer altura sem qualquer consequência.

Será fornecido um documento do consentimento informado para participar.

Apêndice III – Pedido de Colaboração para a Investigação

Pedido de Colaboração para Investigação

Exmo/a. Sr/a. Diretor/a Técnico/a,

No âmbito do Mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, estou a realizar uma dissertação no contexto da autonomia dos jovens em Apartamentos de Autonomia.

O meu nome é Ana Maria Santos e estou a ser orientada pela Professora Doutora Jacqueline Marques. O estudo insere-se numa investigação científica intitulada “Processo de Autonomização dos Jovens através dos Apartamentos de Autonomia”, que tem como objetivo principal definir qual a importância dos apartamentos de autonomia tem para o processo de autonomização dos jovens institucionalizados. Tem abrangência na área de Lisboa é dirigido aos jovens e à equipa técnica dos apartamentos de autonomia.

É utilizado o método de inquérito por questionário que será entregue em papel na instituição, que irá abranger as seguintes áreas: Caracterização; Competências adquiridas no apartamento de autonomia; Impacto nos jovens pela passagem no apartamento de autonomia; Projetos de vida dos jovens;

Neste sentido, informa-se e reforça-se que todas as questões éticas serão respeitadas, inclusive a proteção dos seus dados de acordo com o Regulamento Europeu 2016/ 679 de 27 de abril de 2016.

De forma a poder realizar este estudo venho solicitar a V. Ex.^a que autorize a aplicação da metodologia supramencionada á equipa técnica deste apartamento de autonomia.

Agradeço desde já a atenção e disponibilidade, estando ao dispor para fornecer qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Maria Santos

Apêndice IV – Termo de Consentimento Informado

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

(A preencher pelos participantes)

O meu nome é Ana Maria de Jesus Pereira Santos e encontro-me a desenvolver um estudo no âmbito do mestrado em Serviço Social – Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar do Instituto de serviço Social da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa. O objetivo do estudo, ao qual pedimos a vossa colaboração, é a análise, do ponto de vista da equipa técnica e dos jovens, das competências adquiridas (e em desenvolvimento) no processo de autonomização e a importância das mesmas para o futuro.

O presente questionário servirá para efetuar o estudo, o qual garantimos anonimato e confidencialidade. Todos os dados serão protegidos de modo a não se identificar o participante e serão utilizados apenas para efeitos de investigação. Pode, se desejar, desistir em qualquer altura de participar no estudo, sem qualquer consequência.

Atendendo a esta informação, pede-se que responda às questões seguintes, indicando se concorda em colaborar no estudo:

Li e compreendi o objetivo do estudo.	Sim		Não	
Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências.	Sim		Não	
Aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que forneço de forma voluntária, confiando em que apenas serão utilizados para efeitos de investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo investigador.	Sim		Não	

Apêndice V – Termos de Consentimentos Informados Assinalados

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

(A preencher pelos participantes)

O meu nome é Ana Maria de Jesus Pereira Santos e encontro-me a desenvolver um estudo no âmbito do mestrado em Serviço Social – Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar do Instituto de serviço Social da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa. O objetivo do estudo, ao qual pedimos a vossa colaboração, é a análise, do ponto de vista da equipa técnica e dos jovens, das competências adquiridas (e em desenvolvimento) no processo de autonomização e a importância das mesmas para o futuro.

O presente questionário servirá para efetuar o estudo, o qual garantimos anonimato e confidencialidade. Todos os dados serão protegidos de modo a não se identificar o participante e serão utilizados apenas para efeitos de investigação. Pode, se desejar, desistir em qualquer altura de participar no estudo, sem qualquer consequência.

Atendendo a esta informação, pede-se que responda às questões seguintes, indicando se concorda em colaborar no estudo:

Li e compreendi o objetivo do estudo.	Sim	☒	Não	
Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências.	Sim	☒	Não	
Aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que forneço de forma voluntária, confiando em que apenas serão utilizados para efeitos de investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo investigador.	Sim	☒	Não	

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

(A preencher pelos participantes)

O meu nome é Ana Maria de Jesus Pereira Santos e encontro-me a desenvolver um estudo no âmbito do mestrado em Serviço Social – Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar do Instituto de serviço Social da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa. O objetivo do estudo, ao qual pedimos a vossa colaboração, é a análise, do ponto de vista da equipa técnica e dos jovens, das competências adquiridas (e em desenvolvimento) no processo de autonomização e a importância das mesmas para o futuro.

O presente questionário servirá para efetuar o estudo, o qual garantimos anonimato e confidencialidade. Todos os dados serão protegidos de modo a não se identificar o participante e serão utilizados apenas para efeitos de investigação. Pode, se desejar, desistir em qualquer altura de participar no estudo, sem qualquer consequência.

Atendendo a esta informação, pede-se que responda às questões seguintes, indicando se concorda em colaborar no estudo:

Li e compreendi o objetivo do estudo.	Sim	☒	Não	
Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências.	Sim	☒	Não	
Aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que forneço de forma voluntária, confiando em que apenas serão utilizados para efeitos de investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo investigador.	Sim	☒	Não	

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

(A preencher pelos participantes)

O meu nome é Ana Maria de Jesus Pereira Santos e encontro-me a desenvolver um estudo no âmbito do mestrado em Serviço Social – Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar do Instituto de serviço Social da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa. O objetivo do estudo, ao qual pedimos a vossa colaboração, é a análise, do ponto de vista da equipa técnica e dos jovens, das competências adquiridas (e em desenvolvimento) no processo de autonomização e a importância das mesmas para o futuro.

O presente questionário servirá para efetuar o estudo; o qual garantimos anonimato e confidencialidade. Todos os dados serão protegidos de modo a não se identificar o participante e serão utilizados apenas para efeitos de investigação. Pode, se desejar, desistir em qualquer altura de participar no estudo, sem qualquer consequência.

Atendendo a esta informação, pede-se que responda às questões seguintes, indicando se concorda em colaborar no estudo:

Li e compreendi o objetivo do estudo.	Sim	☒	Não	
Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências.	Sim	☒	Não	
Aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que forneço de forma voluntária, confiando em que apenas serão utilizados para efeitos de investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo investigador.	Sim	☒	Não	

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

(A preencher pelos participantes)

O meu nome é Ana Maria de Jesus Pereira Santos e encontro-me a desenvolver um estudo no âmbito do mestrado em Serviço Social – Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar do Instituto de serviço Social da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa. O objetivo do estudo, ao qual pedimos a vossa colaboração, é a análise, do ponto de vista da equipa técnica e dos jovens, das competências adquiridas (e em desenvolvimento) no processo de autonomização e a importância das mesmas para o futuro.

O presente questionário servirá para efetuar o estudo, o qual garantimos anonimato e confidencialidade. Todos os dados serão protegidos de modo a não se identificar o participante e serão utilizados apenas para efeitos de investigação. Pode, se desejar, desistir em qualquer altura de participar no estudo, sem qualquer consequência.

Atendendo a esta informação, pede-se que responda às questões seguintes, indicando se concorda em colaborar no estudo:

Li e compreendi o objetivo do estudo.	Sim	☒	Não	
Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências.	Sim	☒	Não	
Aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que forneço de forma voluntária, confiando em que apenas serão utilizados para efeitos de investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo investigador.	Sim	☒	Não	

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO
(A preencher pelos participantes)

O meu nome é Ana Maria de Jesus Pereira Santos e encontro-me a desenvolver um estudo no âmbito do mestrado em Serviço Social – Gestão de Unidades Sociais e Bem-Estar do Instituto de serviço Social da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa. O objetivo do estudo, ao qual pedimos a vossa colaboração, é a análise, do ponto de vista da equipa técnica e dos jovens, das competências adquiridas (e em desenvolvimento) no processo de autonomização e a importância das mesmas para o futuro.

O presente questionário servirá para efetuar o estudo, o qual garantimos anonimato e confidencialidade. Todos os dados serão protegidos de modo a não se identificar o participante e serão utilizados apenas para efeitos de investigação. Pode, se desejar, desistir em qualquer altura de participar no estudo, sem qualquer consequência.

Atendendo a esta informação, pede-se que responda às questões seguintes, indicando se concorda em colaborar no estudo:

Li e compreendi o objetivo do estudo.	Sim	X	Não	
Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências.	Sim	X	Não	
Aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que forneço de forma voluntária, confiando em que apenas serão utilizados para efeitos de investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelo investigador.	Sim	X	Não	

Apêndice VI – Questionários dirigidos à Equipa Técnica

Questionário dirigido à Equipa Técnica de Casas de Acolhimento com Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens

A Investigadora deste estudo encontra-se a terminar o Mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar e o seu estudo tem como principal objetivo:

Analisar qual a importância dos apartamentos de autonomia no processo de autonomização dos jovens institucionalizados.

O questionário é composto por três seções: A 1ª seção corresponde ao 1º objetivo da investigação que é a caracterização sociodemográfica e profissional do elemento da equipa técnica; A 2ª seção pertence ao 2º objetivo da investigação que é as competências desenvolvidas no processo de autonomização dos jovens; A 3ª seção caracteriza-se pelo 3º objetivo que corresponde ao impacto das Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens no desenvolvimento e concretização do processo de autonomização dos jovens.

Para isso, gostaria de contar com a sua colaboração durante alguns minutos para responder às questões que estão apresentadas neste questionário, relacionadas com a autonomização dos jovens no apartamento de Autonomia.

Todos os dados serão tratados de forma anónima e confidencial.

Declaro que aceito participar neste estudo e que permito a utilização destes dados de forma voluntária confiando que os dados serão utilizados com a garantia da confidencialidade e anonimato.

1ª Seção - Caracterização sociodemográfica e profissional do elemento da Equipa Técnica

Género:	Masculino ☐	Feminino ☐	Não Binário ☐	Outro: ☐
---------	------------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------------	---------------------------------

Idade:	
--------	----------------------

Quanto tempo trabalha com jovens em perigo:	
---	----------------------

2ª Seção – Competências desenvolvidas no Processo de autonomização dos jovens

Competência ao nível Cognitivo

(processo cognitivo associado à realização de escolhas e definição de objetivos)

1 – Quais são as competências desenvolvidas pela autonomia cognitiva nos jovens?

Dê alguns exemplos práticos no que corresponde à autonomia cognitiva dos jovens na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens.

1.1 – Sente que os jovens têm bastantes dificuldades em decidirem o que querem?

☐ Sim. Porquê?

☐ Não. Porquê?

1.2 – Quando são questionados acerca do que querem, conseguem de imediato responder?

☐ Sim. Porquê?

☐ Não. Porquê?

1.3 – Conseguem fazer uma escolha facilmente?

☐ Sim. Porquê?

☐ Não. Porquê?

Acha que esta competência é desenvolvida pelos jovens na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens.

☐ Sim

☐ Não

☐ Em Parte

Competência ao nível emocional

(refere-se ao processo afetivo em sentir-se confiante acerca das suas escolhas e objetivos)

2 – Quais são as competências emocionais desenvolvidas pelos jovens?

Dê alguns exemplos práticos no que corresponde á questão emocional e afetiva dos jovens na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens.

2.1 – Sente que os jovens têm uma forte tendência para ceder aos desejos dos outros?

☐ Sim. Porquê?

☐ Não. Porquê?

2.2 – Acha que os jovens mudam frequentemente de opinião, depois de ouvirem a opinião das outras pessoas?

☐ Sim. Porquê?

☐ Não. Porquê?

2.3 – Acha que os jovens concordam muitas vezes com as outras pessoas, mesmo que não tenham a certeza?

☐ Sim. Porquê?

☐ Não. Porquê?

Acha que esta competência é desenvolvida pelos jovens na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens.

☐ Sim

☐ Não

☐ Em Parte

Competência ao nível funcional

(refere-se ao processo regulatório de desenvolver estratégias com vista ao alcance dos objetivos definidos)

3 - Quais são as competências funcionais desenvolvidas pelos jovens?

Dê alguns exemplos práticos no que corresponde á questão funcional dos jovens na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens.

3.1 – Sente que os jovens estão á vontade para enfrentar uma situação nova?

☐ Sim. Porquê?

☐ Não. Porquê?

3.2 – Sente que os jovens hesitam muitas vezes em relação ao que vão fazer?

☐ Sim. Porquê?

☐ Não. Porquê?

3.3 – Acha que os jovens vão diretos aos objetivos que delinearam?

☐ Sim. Porquê?

☐ Não. Porquê?

Acha que esta competência é desenvolvida pelos jovens na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens.

☐ Sim

☐ Não

☐ Em Parte

3º Seção – Impacto das Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens no desenvolvimento e concretização do processo de autonomização dos jovens.

1 – No Âmbito do processo de autonomização dos jovens em unidades de apoio e promoção á autonomia, quais são as competências que considera que os jovens devem adquirir?

2 – Tendo em conta, os jovens que neste momento estão em processo de autonomização, de um modo geral refira:

2.1 – Quais as competências que considera que os mesmos possuem;

2.2 – Quais as competências que considera mais difíceis de desenvolver;

3 – Considera que a construção do projeto de vida é um instrumento importante para a autonomia dos jovens? Porquê?

4 – Acha que deveria existir outro tipo de respostas para apoiar o processo de autonomia dos jovens? Quais?

Muito Obrigada pela sua Colaboração!

Profissionais:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScv3udamr36wDTQ5CB8vOnL4mt9sGK1YKDzSM5_vHRxPL2U8w/viewform?usp=sf_link

Apêndice VII – Questionários dirigidos aos Jovens

Questionário dirigido aos Jovens residentes de Casas de Acolhimento com Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens

A Investigadora deste estudo encontra-se a terminar o Mestrado em Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e de Bem-Estar e o seu estudo tem como principal objetivo: Analisar qual a importância dos apartamentos de autonomia no processo de autonomização dos jovens institucionalizados.

O questionário é composto por três seções:

- A 1ª seção corresponde à tua caracterização sociodemográfica;
- A 2ª seção pertence às competências que estás a desenvolver ou já desenvolveste no teu processo de autonomia;
- A 3ª seção pretende analisar a tua perceção dos sobre a mudança que as Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia fez no teu desenvolvimento e na concretização do teu processo de autonomia;

Para isso, gostaria de contar com a tua colaboração durante alguns minutos para responder às questões que estão apresentadas neste questionário, relacionadas com a tua autonomia na unidade de apoio e promoção de autonomia.

Todos os dados serão tratados de forma anónima e confidencial e apenas para os fins deste estudo.

Ao responder a este questionário estou a dar o meu consentimento informado para a utilização dos dados. Fui informado da minha colaboração voluntária e da garantia da confidencialidade e anonimato do estudo.

1ª Seção - Caracterização sociodemográfica

Género:	Masculino ☐	Feminino	Não Binário	Outro:
---------	------------------------------------	----------	-------------	--------

Idade:	
--------	--

Escolaridade:	
---------------	--

Quanto tempo estás no apartamento de autonomia:	
---	--

2º Seção - Competências que estás a desenvolver ou já desenvolveste no teu processo de autonomia;

1. Quais as competências que achas que deves ter para o teu futuro?

2. Quais são as competências que achas:

2.1 - Que possuis e que são importantes para a tua autonomia?

2.2 – Que não possuis e que são importantes para a tua autonomia?

1. Competência ao nível Cognitivo

(processo cognitivo associado á realização de escolhas e definição de objetivos)

4.1 – Noto que tenho dificuldades em decidir o que quero?

- ☐ Sim.
☐ Não.

4.2 – Quando me perguntam o que quero, sei imediatamente o que responder?

- ☐ Sim.
☐ Não.

4.3 – Consigo fazer uma escolha facilmente?

- ☐ Sim.
☐ Não.

Achas que estás a desenvolver esta competência na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Em Parte

2. Competência ao nível emocional

(refere-se ao processo afetivo em sentir-se confiante acerca das suas escolhas e objetivos)

2.1– Tenho uma forte tendência para ceder aos desejos dos outros?

☐ Sim.

☐ Não.

2.2 – Mudo frequentemente de opinião depois de ouvir as outras pessoas?

☐ Sim.

☐ Não.

2.3 – Concorde muitas vezes com os outros, mesmo que não tenha a certeza?

☐ Sim.

☐ Não.

Achas que estás a desenvolver esta competência na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens?

☐ Sim

☐ Não

☐ Em Parte

3 -Competência ao nível funcional

(refere-se ao processo regulatório de desenvolver estratégias com vista ao alcance dos objetivos definidos)

3.1 – Sinto-me rapidamente à vontade numa situação nova?

☐ Sim.

☐ Não.

3.2 – Muitas vezes hesito em relação ao que fazer?

☐ Sim.

☐ Não.

3.3 – Vou direto aos meus objetivos?

☐ Sim

☐ Não.

Achas que estás a desenvolver esta competência na Unidade de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Em Parte

3º Seção – Impacto das Unidades de Apoio e Promoção de Autonomia dos Jovens no desenvolvimento e concretização do processo de autonomização;

1. Achas que o apartamento de autonomia está a ser importante para a tua futura autonomia? Explica a tua resposta.

2. Conheces o teu projeto de vida construído com a equipa técnica?

- ☐ Sim
☐ Não

3. Consideras que esse projeto de vida é adequado para ti?

- ☐ Sim
☐ Não Porquê?

4. Achas que deveriam ser feitas outras atividades que te apoiassem no teu processo de autonomização? Quais?

Obrigada pela tua Colaboração!

Muito

Link do questionário através da Plataforma Google Forms:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScw7IplJUbQ5rdYdhMogfqWbsYL7DYuFa_3mQdCgVP80wHogg/viewform?usp=sf_link

Apêndice VIII – Quadro das Categorias das Competências para o futuro

Serviços	• Ser capaz de utilizar os serviços; • Ir às consultas sozinho; • Saber ir ao médico;
Gestão Financeira	• Saber gerir a minha vida financeira; • Gestão do dinheiro; • Saber gerir o meu dinheiro; • Saber pagar as contas; • Saber gerir o meu dinheiro; • Gerir o meu dinheiro; • Gerir o meu dinheiro; • Pagar contas; • Saber gerir o meu dinheiro; • Gestão financeira; • Responsabilidade Financeira;
Gerir Emoções	• Saber gerir as minhas emoções; • Ser uma pessoa melhor; • Melhor gestão de emoções; • Inteligência emocional;
Vida Profissional	• Ter a minha formação concluída; • Planear os meus estudos; • Saber procurar trabalho; • Aprender a estudar; • Preparação para o mercado de trabalho;
Tarefas Domésticas	• Cozinhar; • Cozinhar; • Limpar; • Limpar a casa; • Cozinhar; • Tarefas domésticas;
Autonomia	• Autonomia; • Maior organização; • Organizar a minha vida; • Fazer tudo de forma organizada e correta; • Ter a capacidade de me organizar; • Facilidade em tomar decisões; • Autonomia. Responsabilidade; • Saber “tratar” de mim; • Saber falar e ouvir; • Autonomia e responsabilidade; • Mais cuidado com a minha saúde; • Disciplina;

	• Aprender a fazer tudo sozinha; • Autonomia; • Responsabilidade e sentido crítico; • Responsabilidade, respeito e compromisso;
Literacia	• Saber português • Saber mais acerca da cultura portuguesa; • Saber português;

Apêndice IX – Quadro das Competências adquiridas e não adquiridas

Competências Adquiridas:	Competências por adquirir:
- Todas; - Não sei; - Respeitador, simpático, trabalhador; - Cumpridor de regras; - Maduro, higiénico, responsável, respeitoso; - Empatia, educação e empenho; - Desenvolver a minha vida pessoal; - Aprender a lidar com os outros; - Limpar a casa; gerir o dinheiro; - Cozinhar; limpar; gerir o meu dinheiro; - Ser pontual; limpar a casa; tratar da documentação; - Saber gerir; - Ser empenhada e aprender rápido; - Tratar da casa, ir às compras; saber cozinhar razoavelmente, ir para a escola, ir ao médico; - Trabalhar, compras, cuidar da casa, cuidar da saúde, relacionais; - A liberdade de tomar o que acho melhor para mim;	- Gestão financeira; - Responsável, assíduo e pontual; - Nenhuma; - Confiança, algum auto-controlo, mais honestidade; - A minha formação; - Não sei; - Não sei; - Saber português; estabelecer contactos com os serviços; - Saber português, estabelecer contactos com os serviços; - Saber português, marcar consultas e outros atendimentos; - Fazer os trabalhos do meu curso; programar um pc; ouvir as outras pessoas; saber dizer quando estou a sentir sozinho e triste; - Estudar; organização; - Não sei; - Sinto que ainda não sei organizar-me bem e ainda tenho dificuldades em conciliar as tarefas da escola e de casa;

- Responsabilidade, saber lidar com pessoas, empatia; - Saber cozinhar, lavar, ir a consultas, tratar de assuntos mais delicados sozinha; - Não sei; - Responsabilidade, autonomia, gestão de uma casa; - Disciplina embora queira desenvolver mais, uma boa bagagem a nível de estudos, e capacidade de fazer tarefas domésticas, embora ainda não com a facilidade desejável; - Responsabilidade e capacidade de previsão; - Responsabilidade, respeito, compromisso; - Responsabilidade;	- Trabalho, cozinhar melhor, renovar o cartão de cidadão, irs; - Dominar a língua portuguesa, relação com os serviços, concluir formação; - Não me lembro neste exato momento; - Espírito crítico; - Assuntos mais delicados, e em escolhas; - Roupas; - Gestão financeira, emocional; - Arrumação pessoal, liderança; - Autoconfiança e boa capacidade de gestão de tempo; - Gerir dinheiro; - Alguma proatividade; - Conhecimento suficiente; - Nenhuma;
--	--